

Atividade

EM TEMPO:

Periódico nacional ● Ano VIII ● Nº 197 ● fevereiro de 1985 ● Cr\$ 1.000



GUARIBA
janeiro de 1985

*Invadiram as casas,
derrubaram as portas,
espancaram as mulheres,
as crianças, os grevistas,
Em nome da ordem.*

A luta pela democracia apenas começou

ATÉ QUANDO
A VIOLÊNCIA?

"Há os que vivem lamentando a opressão, eu morrerei denunciando-a" (Babeuf)



PM do Pará isola, cerca e mata líder dos posseiros

Tropas da PM do governador do PMDB Jáder Barbalho promoveram uma caçada humana sem igual. Invadiam casas, prendiam, torturavam, faziam reféns e ameaçavam destruir vilas. Com duas baixas nas costas, assassinaram Quintino. Morreu Quintino, o líder dos posseiros forjado a ferro e fogo pela dureza da luta. Antes de morrer, o seu recado: "minha luta é uma questão de vida e morte. Se eu morrer, pelo menos 30 "Quintinos" ficarão em meu lugar"

Por Raul Reis

O assassinato de Armando Oliveira da Silva, justiceiro Quintino, ocorrido no dia 4 de janeiro passado, é apenas mais um episódio na sangrenta luta pela terra no estado do Pará. Este fato, entretanto, ganhou dimensões nacionais devido, principalmente, à divulgação anteriormente feita, da atuação de Quintino e seus homens, uma verdadeira tropa de auto-defesa dos posseiros da região.

Este crime marca uma tomada de posição do governo do estado, pressionado de um lado pelas reivindicações dos posseiros e sem-terra e, de outro, pelos latifundiários da área. O governador Jáder Barbalho, mais uma vez, provou a quem serve, mandando para a região conflitada tropas da Polícia Militar do Estado, que após uma intensa perseguição mata à dentro, mataram Quintino com dois tiros pelas costas.

A morte de Quintino, uma espécie de defensor e justiceiro do povo da região do norte do Pará, foi encomendada há muito tempo pelos grandes proprietários rurais. Sua cabeça estava a prêmio e a Polícia Militar após matá-lo, em vez de levá-lo para Viseu, sua cidade natal, ou trazê-lo para Belém, resolveu enterrá-lo em Capanema, uma cidade a 200 Km de Belém. Em seu caminho, os policiais desviaram 100 Km e passaram pela cidade de Capitão Poço, onde, por coincidência, moram os maiores fazendeiros da região.

Quem foi Quintino

Armando Oliveira da Silva, ou melhor, Quintino Silva Lira, 38 anos, natural da cidade de Viseu, na fronteira do Pará com o Maranhão, era trabalhador rural na vila de Santa Luzia, no município de Ourém (PA). Suas terras foram grita-

das por um fazendeiro da área. De nada adiantaram suas denúncias à Justiça ou ao próprio presidente Figueiredo, a quem endereçou uma carta.

Quintino logo percebeu a realidade da luta pela terra onde vivia. Após a morte de um posseiro, revoltou-se. Depois de matar o fazendeiro Cláudio Lima, o gerente da fazenda e um pistoleiro, Quintino refugiou-se na mata, de onde só foi tirado morto.

A luta pela terra na gleba fundiária Cidapar localizada na fronteira norte do Pará com o Maranhão, entre os rios Piriá e Gurupi, cortada pela BR-316 — envolve, de um lado, um grupo de empresas que tem à frente o Banco Denasa de Investimentos, e de outro, dez mil famílias que cultivam arroz, milho e feijão, principalmente.

O interesse fundamental das empresas, é a extração de ouro, titânio, cassiterita, dia-

Cidapar — adquiriu as terras em hasta pública. Sua empresa faliu no fim da década de 70, e o Banco Denasa recebeu as terras como garantia do empréstimo, vendendo parte delas para outras empresas.

Quintino e seus homens, segundo sua própria declaração, mataram "mais de 100 homens", entre pistoleiros contratados por latifundiários e grandes proprietários da região.



Quintino, símbolo de resistência

Durante os anos em que viveu como gatilheiro nesta região, Quintino formou uma tropa que passou a atuar por conta própria. A atuação de Quintino e seu grupo foi, principalmente, na área da gleba Cidapar, em Viseu. Nesta região, a luta pela terra fez, e continua fazendo, inúmeras vítimas.

mante e madeira. A Propará, uma das maiores proprietárias da área, pertence ao grupo Joaquim de Oliveira, cediado no Rio Grande do Sul, desenvolve um projeto de plantio de seringueiras e irá extrair o ouro da Mina da Paca.

No início da década de 60, Moacyr Ferreira — que posteriormente montaria a empresa

Eles atuavam com uma organização toda própria e com a experiência de quem conhece bem a área. Dois de seus homens, percorriam as principais estradas da região. Ao menor sinal da presença de pistoleiros, eles avisavam Quintino, que se encarregava de mobilizar o resto da tropa.

As vilas e povoados eram a base de combate da tropa de Quintino. Por todos os lugares onde passava, ele era avisado dos passos dados por seus perseguidores, preparando-se com antecedência para enfrentá-los. Logo cedo, o gatilheiro e seu grupo ganharam a confiança e a admiração dos posseiros e agricultores da região, que viam neles uma garantia de defesa e uma ajuda a mais na luta pela sobrevivência.

A Caçada

Devido à atuação de Quintino e sua tropa, a empresa Propará ameaçou o governo do estado de desativar todos os seus projetos e demitir seus

funcionários, chegando a exigir intervenção federal na área. Foi a gota d'água ou o argumento que faltava para o governo decidir estabelecer um verdadeiro estado de sítio na região.

Várias tropas da Polícia Militar do Estado foram mobilizadas em uma caçada humana sem precedentes. Segundo as denúncias dos moradores da área, os policiais por onde passavam, semeavam o pânico na população, invadindo casas, prendendo e torturando, fazendo reféns e até ameaçando destruir por completo as vilas que "dessem cobertura" Quintino.

A CPT do Pará, que assiste juridicamente a centenas de posseiros da região, vem recebendo denúncias de atrocidades cometidas pelas tropas da PM que passaram pela área.

À custa de todo o pânico e da coação, a PM conseguiu chegar a Quintino, fazendo um cerco completo na área onde ele se encontrava e acabando por matá-lo na noite do dia 4, com duas balas nas costas.

Após a morte de Quintino, enquanto o povo sofrido da região chorava o crime cometido, os fazendeiros e gerentes dos grandes latifúndios comemoravam com muito churrasco e cerveja.

Forjado a ferro e fogo

Não foi permitida à família de Quintino nem ver seu corpo, imediatamente enterrado, em outra cidade, praticamente às escondidas. Só após uma pequena batalha judicial, a família conseguiu a exumação do cadáver e a realização de nova autópsia. A Secretaria de Segurança Pública só depois de muito pressionada resolveu divulgar o laudo inicial, que não precisava os motivos da morte do gatilheiro.

Envolvida pela dureza da luta pela terra, o povo da região da Cidapar criou toda uma aura de mistério e misticismo em torno de Quintino.

Entretanto, o próprio Quintino, sabiamente admitia que a luta pela posse da terra dependia, e depende, muito mais da auto-organização dos trabalhadores rurais e posseiros do que da atuação individual dele ou de outro "gatilheiro" qualquer. Quintino era um líder, à sua maneira. Forjado à ferro e fogo pela dureza da luta. Antes de morrer, na única entrevista que concedeu, ao repórter Paulo Roberto Ferreira, Quintino afirmava que sua luta era uma questão de vida e morte, e que se ele morresse, pelo menos 30 "quintinos" ficariam em seu lugar.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura.
Jornalista Responsável: Américo Antunes - Reg. MTPS nº 2769.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - sala 12 - CEP 30000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

EDITORIAL

PT: as grandes lutas estão por vir

O tema da crise do PT volta a ser notícia nos principais meios de comunicação do país. As notícias falam do isolamento político das posições defendidas pelo partido, do afastamento dos três parlamentares federais que romperam com a decisão majoritária e votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. E o diagnóstico é sempre o mesmo: o PT se integra no "carnaval da alegria", comportando-se de acordo com as novas regras da transição burguesa ou então se tornará inevitavelmente uma seita. Um jornal de São Paulo ostentava, por exemplo, em manchete de primeira página: "Todos aplaudiram a entrevista de Tancredo, menos Pinochet e o PT"...

Entre os militantes petistas, algumas questões cobram resposta; é verdade que o PT vive hoje uma crise? Se existe, qual é a sua natureza e como explicá-la? Quais são as perspectivas do PT? Quais tarefas estão hoje colocadas em sua construção?

Existe a crise do PT?

É importante em primeiro lugar reconhecer que o PT vive hoje um momento difícil de sua construção.

Além do afastamento dos três parlamentares (quase a metade da bancada federal do partido), sem há dúvida uma diminuição da influência política do partido na opinião pública no último período e o seu projeto político sofre um ataque forte nos grandes meios de comunicação. Além disso, o encontro nacional do partido realizado em janeiro na cidade de Diadema não obteve quorum.

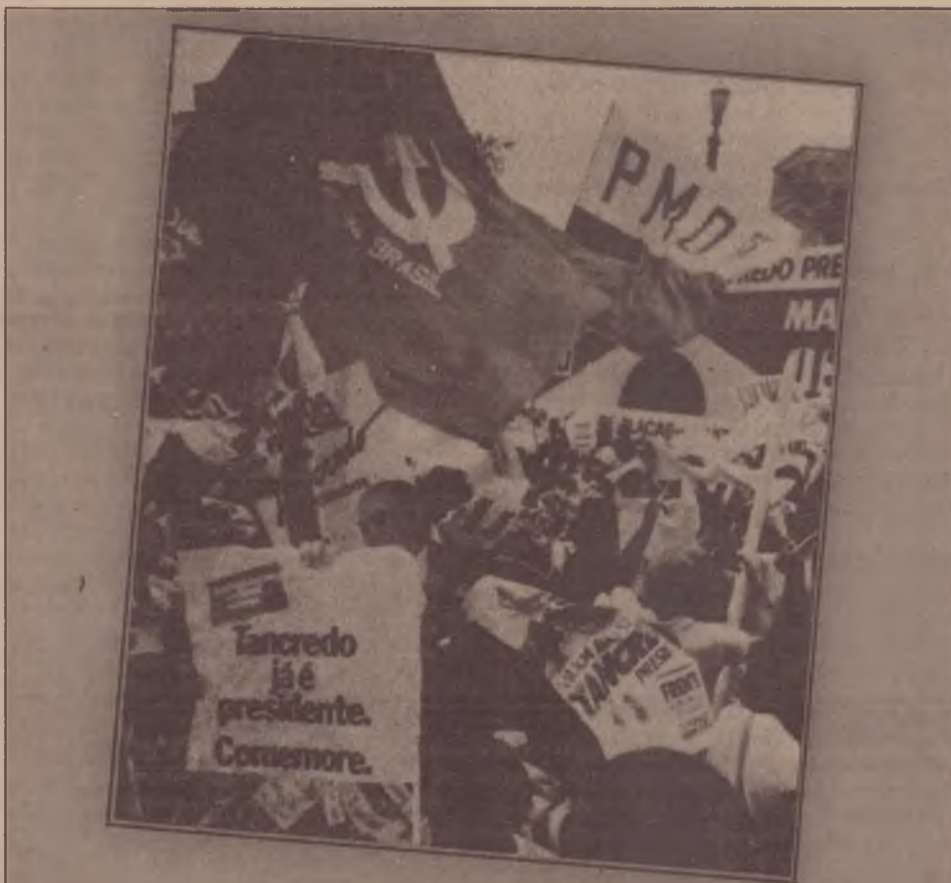
É evidente que os inimigos e adversários do PT procuram colorir a sua maneira estes fatos, exagerando a sua dimensão e profetizando o fim do partido. E se é importante reconhecer as dificuldades vividas hoje pelo partido, é ainda mais importante entender que o PT conseguiu manter em meio a esta situação de pressões o seu projeto político e o fundamental de suas forças, o movimento operário classista. O Encontro Nacional reafirmou e até acrescentou elementos importantes no projeto político do PT. A CUT e as forças fundamentais do movimento sindical classista têm manifestado a sua disposição de não ceder à proposta de pacto social. Além disso, as forças pró-conciliação no interior do partido, nas direções regionais mais importantes e na direção nacional, foram flagrantemente minoritárias quando não marginais.

Em resumo: se o PT vive hoje uma crise, esta não se traduz em uma eissão das forças fundamentais do partido nem muito menos inviabiliza a continuidade do seu projeto.

A crise e a luta de classes

A crise vivida hoje pelo PT é um produto direto da luta de classes. O PT confirma aqui a sua história de partido de massas, profundamente relacionado com as lutas, avanços, derrotas e impasses do movimento operário.

Podemos afirmar que desde a quebra do movimento de massas pelas diretas o partido vive uma situação defensiva politicamente. Até a votação da emenda das diretas, o PT crescia a sua influência política, a liderança de Lula se afirmava cada vez mais. Com a quebra do movimento de massas e o sucesso dos partidos burgueses unificados em torno à candidatura Tancredo, esta situação se inverteu completamente: o movimento operário independente ficou isolado,



"O avanço da transição burguesa repõe na ordem do dia a defesa do sentido original do PT e de sua construção. Basta pensar: qual seria a situação das forças revolucionárias e classistas se não houvesse o PT? Como enfrentar, estando dispersas e tendo a sua frente apenas partidos burgueses e reformistas, a ascensão de uma nova forma de dominação, com todas as ilusões que traz consigo."

sofrendo um cerco de pressões e chantagens.

Paralisado no primeiro momento, o PT viu crescer em seu interior a contestação aberta de suas posições de independência de classe por parte de um setor dos parlamentares. De imobilizado, o partido em um momento decisivo da conjuntura, teve que jogar suas energias na realização de pré-convenções.

O que desarma o PT

Se a origem da crise que atravessa o PT está na luta de classes, na derrota do movimento operário independente na luta política, não se pode obscurecer o fato de que as debilidades políticas e organizativas do PT contribuíram para desarmá-lo, contribuíram para que esta crise tivesse conseqüências maiores.

A primeira destas causas é a limitada construção do programa do partido, das suas definições gerais, da sua estratégia política. Deste ponto de vista, o partido tem acumulado aquisições importantes — como a definição pelo socialismo, renegando a social-democracia e o estalinismo — e principalmente teve mantida a referência no princípio da independência de classe. Mas não adquiriu ainda alguns dos ensinamentos básicos da luta operária revolucionária: a necessidade de guiar-se por uma estratégia política definida, a necessidade de um partido que luta e se organiza para a revolução socialista.

A limitada construção programática e organizativa do PT reflete-se, sem dúvida, em primeiro lugar na própria direção do partido: na dificuldade que encontra em orientar-se sobre a tática e na precariedade dos meios de centralização política do partido.

De outro lado, um segundo fator também pesa decisivamente na origem da atual crise do PT. Até hoje o partido não conseguiu superar, na prática, a concepção de partido que representa os movimentos. Isto se manifesta especialmente nas relações do partido com o movimento sindical. Apesar da filiação ao partido da vanguarda classista e dos seus líderes mais representativos, e portanto a identificação da combativa de operária com o PT, o partido e sua direção não se voltam para um necessário e intenso trabalho de organização dos milhares de ativistas petistas. Esta situação traz, como contrapartida, a ausência de uma base partidária organizada no movimento operário, o que seria decisivo principalmente nos momentos de grandes definições, para manter os compromissos de independência de classe do partido, para pesar na balança das decisões do PT.

É a combinação destes dois fatores que torna o PT mais permeável às atuais pressões da burguesia.

As grandes lutas estão por vir

Uma avaliação das possibilidades do PT no próximo período teria que eliminar qualquer raciocínio simplista.

De um lado, a base social, a fonte de vida do Partido dos Trabalhadores — a luta de classes do movimento operário e dos oprimidos em geral — continuará a crescer no próximo período. O governo Tancredo terá uma política conservadora, a crise econômica e social está longe de ser superada, o movimento sindical e popular continua acumulando forças.

No ano passado, mais de 1,5 milhões de trabalhadores foram a greve. Apenas em janeiro deste ano, mais de 150 mil

paralisaram suas atividades por reivindicações econômicas. Por onde se olha, há vida e energia brotando do movimento operário. Uma extensa vanguarda se formou e continua a se formar e nada indica que ela vai ser seduzida para uma proposta de pacto social.

Por outro lado, o governo Tancredo iniciará, com base na maioria parlamentar que possui, uma persistente ofensiva política, no sentido de isolar o movimento operário classista. Redobrá as manobras, o esforço de cooptação, de parlamentarização, de divisão do movimento operário. O projeto político do PT passará por provas cada vez mais duras.

As grandes lutas ainda estão por vir. E será decisivo para o seu resultado a capacidade do PT e particularmente de sua direção, de responder a elas com avanços nas definições políticas e na construção do partido.

Defender o PT: a definição primeira

O avanço da transição burguesa repõe na ordem do dia a defesa do sentido original do PT e de sua construção. Basta pensar: qual seria a situação das forças revolucionárias e classistas se não houvesse o PT? Como enfrentar, estando dispersas e tendo a sua frente apenas partidos burgueses e reformistas, a ascensão de uma nova forma de dominação, com todas as ilusões que traz consigo?

Engajar-se na construção do PT continua sendo a definição primeira, o aspecto político essencial na atual etapa da luta de classes para todas as forças que se reivindicam do socialismo e do marxismo revolucionário.

A importância da unidade

O primeiro desafio para o PT, decisivo para o seu futuro, será a sua capacidade de dar respostas políticas às grandes questões da conjuntura. O PT precisa desde já estruturar a sua participação na luta por uma Assembléia Constituinte, livre, soberana e democrática; precisa oferecer e propor uma alternativa a proposta de pacto social.

O segundo desafio para o PT está no avanço da sua construção: na organização de núcleos de categoria e nos bairros, no fortalecimento dos instrumentos de centralização do partido de sua atuação unificada nos movimentos operário-popular. Estes avanços são fundamentais pois o partido já conhece como as conjunturas pré-eleitorais desorganizam o partido, exacerbam as suas tendências frentistas e de descentralização.

O terceiro desafio que está colocado para o PT é o de aprofundar as suas definições estratégicas, a sua compreensão do socialismo e do processo de luta pela destruição do capitalismo. A emergência de um governo liberal-conservador, o surgimento de partidos que se reivindicam do liberalismo, reacende a luta pela hegemonia política. A estruturação provável de um partido que se reivindica do socialismo (na sua versão social-democrata com fortes traços populistas) a partir do PDT cobrará definições mais precisas do PT.

A resposta a estes desafios depende, no entanto, de enormes esforços dos setores comprometidos com a construção do PT. Mais do que nunca a unidade destas forças no enfrentamento destas tarefas é necessária. Esta é a questão que está colocada tanto para a vanguarda classista e os setores vinculados a ela como para esquerda organizada no interior do PT.

ENCONTRO NACIONAL DO PT

“A democracia só virá pelas mãos dos trabalhadores”

A avaliação e as resoluções do Encontro que lançou as bases políticas da oposição de massas ao governo Tancredo.

O Encontro Nacional do PT, realizado em Diadema nos dias 12 e 13 de janeiro, aprovou um conjunto de resoluções políticas importantes para o futuro do partido. Realizado alguns dias antes da reunião do Colégio Eleitoral, o encontro, apesar das suas debilidades de organização, jogou um papel importante por consagrar a posição do PT de manter a sua independência política frente à transição burguesa.

Entre estas resoluções importantes, podemos citar: a avaliação da campanha das diretas onde se critica o fato do “movimento sindical e popular não ter conseguido intervir de forma independente e organizada e se resalta a importância do PT não ter conseguido construir um polo alternativo de direção da campanha em relação aos liberais; a crítica à proposta de pacto social, entendida como a reedição da política de “apertar os cintos”; a caracterização do caráter de classe da Aliança Democrática, um “bloco constituído de latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares”.

Um ponto que será decisivo para o partido na próxima conjuntura, é a defesa da independência de classe do partido, como reafirmação do projeto original de construção do PT. A resolução aprovada chega a relembrar o manifesto de fundação do partido, onde se diz que “a democracia é uma conquista que ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá.”

Superando uma velha polémica no interior do partido e uma persistente incompreensão do papel do movimento operário na luta pela democracia, o Encontro aprovou a luta por uma Constituinte livre, soberana e democrática. Foram votadas também algumas indicações visando dinamizar já a participação partidária na campanha, os seus eixos políticos mais gerais.

Continuidade da ditadura militar?

Uma caracterização equivocada, no entanto, é feita sobre o tipo de regime político que o país vive com o novo governo Tancredo. A resolução afirma que “o poder militar continua submetendo o “poder civil” e que com a ascensão de Tancredo a novidade estaria apenas “nos novos métodos e novas formas de governo”.

É preciso ser claro neste ponto pois ele tem enormes implicações para a luta do movimento operário. Com a ascensão de Tancredo Neves, temos não apenas uma troca de governos. A ditadura militar, após um longo processo de crise e desagregação, chegou ao fim. Foi aberto um novo regime político, cuja marca fundamental está no fato de que agora a burguesia, através de seus partidos políticos, exerce diretamente o poder. Nos próximos anos, estaremos vivendo exatamente um período marcado pela criação das novas instituições e leis deste regime, uma democracia burguesa fortemente controlada e restrita.

Caracterizar assim a situação política vivida hoje pelo país não implica em nenhuma concessão política ao processo da transição burguesa. Até pelo contrário, nos arma para um questionamento mais de fundo do seu significado. Sabemos que toda democracia burguesa implica em fortes restrições aos direitos democráticos da grande massa da população. E isto ocorre especialmente nos países da periferia capitalista, como o Brasil, onde as limitações são mais profundas e a democracia burguesa ainda mais instável (inclusive conservando sempre um grande poder de pressão das Forças Armadas).

Uma outra questão problemática nas resoluções aprovadas se refere às propostas de frentes políticas que o PT deve impulsionar. Aqui, temos afirmações no mínimo insufi-

cient. De um lado, afirma-se corretamente que o eixo de constituição destas frentes deve ser as entidades do movimento operário-popular em torno a lutas concretas e específicas e não uma estratégia voltada prioritariamente para frentes parlamentares. Porém, a resolução se fecha em um impasse ao afirmar que não devemos propor quaisquer propostas de frente com os que traíram o movimento operário apoiando a Aliança Democrática, com as correntes reformistas do movimento operário, com as “que não conhecem ainda o PT como alternativa de construção partidária”. Ora, se os setores do movimento operário e popular que não apoiaram a Aliança Democrática se resumem hoje basicamente às forças e setores sob a influência do PT, a quem iremos propor frentes e alianças? A resolução, enfim, esconde que um dos aspectos principais da tática do PT no próximo período deve ser exatamente as iniciativas para atrair setores do movimento operário-popular que apoiaram a candidatura Tancredo e mesmo pressionar, com propostas de unidade na ação, os partidos reformistas, buscando minar suas bases no movimento, atrair setores vacilantes.

A falta de quorum

O Encontro Nacional do PT não pôde se instalar porque não atingiu o quorum previsto nos Estatutos, de 146 delegados. Convenções estaduais de estados importantes como Minas, Rio e Rio Grande do Sul e mais quinze estados não obtiveram quorum, não podendo eleger delegados para o Encontro Nacional. A ausência de quorum no Encontro Nacional é uma demonstração inequívoca das debilidades orgânicas do PT e particularmente da preocupante diferenciação do nível de estruturação do partido em São Paulo e nos outros estados.

Alguns fatores influenciaram decisivamente pa-

ra que este Encontro não obtivesse quorum. As convenções, convocadas em um prazo de tempo curto e em um período de difícil mobilização, tiveram desde o início um encaminhamento precário. Além disso, a derrota do movimento das diretas, as enormes pressões sofridas pelo PT e o seu isolamento conjuntural influenciaram decerto negativamente na sua capacidade de mobilizar seus militantes. Por fim, é importante não esquecer que a última Convenção Nacional (de julho de 1984) aprovou novos métodos de aferição do quorum, que significou a sua elevação na maioria dos estados, embora o tenha reduzido em S. Paulo.

O problema da unidade

O avanço das definições políticas e a situação organizativa débil mostram a situação do PT: confrontado com o avanço da conciliação, o partido reafirma e aprofunda as suas definições políticas; no entanto, sofre todas as consequências de um isolamento político conjuntural e de uma pressão sem precedentes da burguesia.

É neste quadro que ganha uma especial importância a proposta de unidade das forças classistas feita durante as pré-convenções estaduais e particularmente em São Paulo — onde lamentavelmente não se concretizou por uma postura sectária da articulação majoritária. A formação de uma chapa única para o Encontro Nacional — alicerçada em uma posição comum de independência de classe — só fortaleceria o PT e o trabalho de sua construção, sem impedir também que as outras questões divergentes fossem discutidas no interior desta unidade básica. Essa busca de unidade das forças classistas no trabalho de construção do PT, na oposição ao governo Tancredo Neves e na organização da luta dos trabalhadores, deve continuar e se aprofundar neste próximo período.

teria contribuído para que o movimento acumulasse força, assegurando sua continuidade mesmo após a derrota da emenda das diretas no Congresso Nacional. (...)”

Sobre a continuidade do regime militar

“(...) Os compromissos de Tancredo com a manutenção do SNI (Serviço Nacional de Informações), da LSN (Lei de Segurança Nacional), do Conselho de Segurança Nacional, do conjunto da legislação imposta pelo regime e do aparelho repressivo significam a garantia de sua continuidade. A volta aos quartéis, da forma que se dá, sem apuração da responsabilidade política pelos vinte anos de arbítrio e corrupção, sem desmontar a comunidade de informações, o aparelho policial e o controle sobre o complexo industrial-militar, significa que o poder militar continua submetendo o ‘poder civil’ e não o contrário. Ou seja, é preciso lutar para conquistar a democracia.

Não se pode ignorar, contudo, que a formação da Aliança Democrática representou uma derrota para o atual núcleo de poder. E que, a despeito da tutela militar, Tancredo e o bloco de classes que ele articula, vão governar através de novos métodos e sob novas formas.”



Sobre a crise econômica e o pacto social

“(...) Os dados e as projeções disponíveis indicam que os níveis de emprego existente em 1980 só serão recuperados por

volta de 1990, assim mesmo se o país crescer, até lá, a taxas de pelo menos 6% ao ano. Isto sem considerar o ingresso de novos trabalhadores no mercado e sem levar em conta os investimentos em automação realizados no setor industrial. Ao mesmo tempo, uma recomposição dos níveis de salários existentes até 1980 exige aumentos reais sucessivos. Isto porque, por força da política de arrocho que vem sendo imposta, houve, nos últimos dois anos, uma redução de 40% nas folhas de salários das empresas em relação ao INPC. (...)

É neste contexto que deve ser analisada a proposta de pacto social apresentado por Tancredo Neves. Ao que tudo indica, o pedido de ‘tregua’ por seis ou nove meses feito por Tancredo inspira-se na política de seu velho benfeitor, Getúlio Vargas: o pacto social é nada mais nada menos do que a reedição da política de ‘apertar os cintos’. Em nome da consolidação de seu governo e de sua política, a Aliança Democrática quer dos trabalhadores um cheque em branco, um crédito de confiança, muito embora não se descarte de imediato a possibilidade de alguma concessão, que, na essência, será mero paliativo, não podendo constituir elemento de barganha para os trabalhadores.”

Sobre a Aliança Democrática

“(...) A Aliança Democrática reunificou, num único bloco, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares. E na tentativa de ocultar este caráter de classe, seus objetivos continuistas e sua ilegitimidade, a Aliança Democrática explorou o sentimento popular de repúdio à Maluf, apoiou-se na palavra de ordem de mudanças. Dai entender porque a população, desejando eleições diretas, mas não vendo como conquistá-las de imediato, tenha sido envolvida pelo falso dilema Tancredo ou Maluf. E, posta diante dele, foi levada a manifestar a preferência pelo mal menor, como manda a velha tradição do país. Ao mesmo tempo, a participação do PMDB na campanha transferiu para os comícios o peso de sua influência sobre amplos setores populares, que ainda tem dele a imagem do partido de oposição ao regime de 64. (...)

Embora a diversidade de setores que compõem a Aliança Democrática não tenha permitido, até agora, a apresentação de um projeto político e econômico mais acabado, os setores hegemônicos da Aliança já têm definidos alguns compromissos e objetivos fundamentais. São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a re-

As resoluções do Encontro

Sobre a campanha das diretas

“(...) Apesar das mobilizações, apesar da politização e da vontade de mudança manifestada nas praças e palanques, o movimento sindical e popular, que poderia tornar vitoriosa a campanha das diretas, com paralisações e jornadas de protesto, não conseguiu intervir na campanha de forma independente e organizada, acabando por se diluir nos comícios e manifestações. Muito embora várias entidades da sociedade civil, do movimento popular e sindical — a CUT à frente — tivessem proposto uma paralisação cívica nacional, os setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controle e limites que conduziram à conciliação.

A atuação do PT na campanha foi marcada pela independência, por uma política de mobilização, pela diferenciação expressa na plataforma de dez pontos e por uma política de frente e alianças. Nossa intervenção no interior desta frente de partidos e entidades que se organizou sob a forma de comitês pró-diretas, tinha por objetivo a ruptura com o regime, a conquista de eleições diretas e mudanças socio-econômicas.

É preciso destacar que o PT era a única força capaz de por em prática uma política independente dos trabalhadores, através da criação de um polo alternativo, que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das diretas até as últimas consequências. Em virtude de sua vocação para desenvolver outras lutas de interesse dos trabalhadores e do povo brasileiro (os dez pontos do PT, por exemplo), ao lado da campanha das diretas, este polo alternativo

forma da Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os compromissos com o FMI e com o capital financeiro do país e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra. Em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64.”

Sobre a necessidade de manter a independência de classes

“Num momento em que a Aliança Democrática tenta consolidar sua hegemonia de classe através da adesão dos trabalhadores a um pacto social e através da participação do PT na transição conservadora, é fundamental que o partido preserve sua independência política. Primeiro, porque o PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política. Segundo, porque a recusa à dominação burguesa se expressa também pela organização dos movimentos sociais e suas lutas e por sua autonomia em relação ao Estado. Depois, porque nossa atuação no Parlamento e nas instituições tem como objetivo utilizar essas tribunas e espaços a serviço da luta pela ampliação da margem de liberdade política e a conquista de reivindicações sociais, sempre postas em função do acúmulo de forças dos trabalhadores, tendo em vista conquistar o poder e o socialismo.

Porisso, não se trata de simplesmente canalizar as lutas para o Parlamento, nem tampouco de acreditar que a conquista de interesses sociais e políticos dos trabalhadores venha das elites dominantes. É isso o que nos ensina o manifesto de fundação do PT, que resgatamos neste momento, já que é preciso ter claro, no atual processo sucessório, quando tantos falam em democratizar o país, ‘que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá.’

Essa postura de independência de classe e de recusa à dominação ideológica da burguesia tem se manifestado em vários momentos da história do PT: o repúdio às propostas de fusão; a negativa de ceder à chantagem do voto útil; a não integração nos governos ditos de oposição eleitos em 1982. Coerente com esta orientação, devemos estabelecer uma linha política e um plano de ação que conduzam à construção de uma alternativa democrática e popular capaz de se opor ao pacto das elites. (...)”

Sobre a necessidade do PT organizar a luta pela Constituinte

“É preciso que o partido imediatamente organize uma campanha de mobilização e propaganda pela Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e de eleições livres e diretas em todos os níveis, principalmente nas capitais dos Estados e nos municípios considerados áreas de Seguran-

ça Nacional, além da defesa da devolução da representação política para o Distrito Federal.

Para tanto, os Diretórios Regionais, Diretórios Municipais, Zonais e Distritais devem organizar planos de ação no partido para:

- promover o lançamento destas campanhas através de comícios, panfletagens, propagandas e debates;
- organizar internamente no PT e para os movimentos sociais material de educação política e esclarecimento sobre o que é uma Constituinte, seu caráter, a proposta do PT, através de textos, cartilhas, cartazes, com métodos e linguagens acessíveis a todos os trabalhadores;
- articular com outras forças políticas e sociais, mantida a nossa identidade e as características da proposta petista, comitês e outras formas de organização supra-partidária para ampliar e massificar as campanhas. (...)”



Sobre uma tática na luta da Constituinte

“(...) Assim, somos frontalmente contrários à reforma da Constituição proposta pela Aliança Democrática ou a concessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986. Por outra parte, discordamos das concepções que vêm a Constituinte como panacéia, como a bandeira de luta unificadora na atual conjuntura, como instrumento capaz de substituir a mobilização popular e centralizar as lutas dos trabalhadores.

Devemos hoje incorporar a reivindicação da Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana no elenco de nossa plataforma de lutas democráticas.

Nossa tática quanto à Constituinte deve ser:

- dar todo peso à luta pelas reivindicações democráticas condensadas nos dez pontos do PT: revogação da legislação eleitoral e sobre partidos políticos e dos critérios de representação parlamentar por Estado; revogação da Lei de Segurança Nacional e das demais leis repressivas; garantia da livre organização partidária, de igual acesso dos partidos aos meios de comunicação, à propaganda e ao fundo partidário; voto

para os analfabetos, cabos e soldados e todas as pessoas a partir de dezesseis anos; liberdade e autonomia sindicais e direito de greve;

- dar todo peso à luta por transformações econômicas e sociais;
- não aguardar a instalação da Constituinte para exigir estas mudanças. Lutar para conquistá-las desde já;
- travar a luta nos locais de trabalho, nos campos, nas ruas, nos comícios, nos debates e nos parlamentos em todo o país;
- participar intensamente dos movimentos pela Assembléia Constituinte, defendendo a necessidade dos pressupostos democráticos para a sua eleição e o conteúdo de suas transformações.

Porisso, devemos dar prioridade à organização e unificação das lutas dos movimentos para, sem pacto nem trégua, termos uma Constituinte com a mais ampla liberdade, representatividade e democracia, requisitos que serão mais ou menos amplos dependendo da maior ou menor participação dos trabalhadores, de forma direta, na elaboração das leis. Ainda que assegurados estes requisitos e diante da atual correlação de forças, devemos deixar claro que o PT continuará lutando para transformar a ordem social, econômica e política vigente já que nosso objetivo é a construção do socialismo. (...)”

Sobre a proposta de frentes políticas

“Neste sentido, não acreditamos que frentes de parlamentares por si só resolvam os problemas do país. Para nós, toda e qualquer proposta de frente tem que basear-se nas lutas sociais do movimento popular e sindical e na pressão de suas formas de luta. A frente, como nós a entendemos neste momento, não é orgânica, nem definitiva. Ela é eventual, transitória, e deve se concentrar em torno de pontos específicos, que o PT defende publicamente, como a plataforma de dez pontos. Ela parte de lutas concretas, dirige-se contra o pacto social e a transição conservadora. Deixamos claro, portanto, que não devem compô-la aqueles que, investindo contra os interesses reais da classe trabalhadora, vão a reboque da Aliança Democrática e apoiaram a transição burguesa e a eleição indireta de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. (...)”

Vale registrar ainda que a nossa proposta de frente não se confunde com aqueles que querem transformar o próprio PT numa ‘frente popular abrigando uma determinada diversidade política e ideológica...’, nem com as propostas de bloco operário-popular, que acreditam que os partidos reformistas — PCB e PC do B — possam mudar suas posturas reformistas e de cooptação do movimento popular e sindical para o terreno da Aliança Democrática. Propostas, enfim, que entendem como possível e correto ‘um campo oposicionista no movimento operário e popular, bem como no setor parlamentar combativo, que não reconhecem ainda o PT como alternativa de construção partidária’.

Para nós, trata-se do PT assumir junto com o movimento popular a tarefa de construir uma frente sem ilusões nos partidos reformistas e sem ilusões de que eles venham a se integrar em bloco no PT. O trabalho para a formação desta frente deve se dar em torno de reivindicações do movimento popular, sindical e de suas entidades representativas”.

A polêmica do desligamento dos parlamentares que votaram em Tancredo

Por maioria de votos, o Encontro Nacional do PT aprovou uma resolução que, após uma longa defesa da democracia interna do partido, concluiu: **“a eventual concretização, por parte de qualquer deputado petista, da postura de desconhecer e descumprir diretrizes partidárias legitimamente estabelecidas no Encontro Nacional, após consulta aberta ao conjunto dos filiados do Partido, deverá levar a Executiva Nacional a solicitar, de imediato, o auto-desligamento dos quadros partidários do deputado que assim agir. Em caso de recusa, caberá a Executiva e ao Diretório Nacional, por decisão do Encontro, implementar o desligamento.”**

Inconformados com a decisão, quatro dos cinco integrantes da bancada federal do partido que não foram ao Colégio Eleitoral (José Genoíno, Eduardo Suplicy, Luis Dulci e Irma Passoni), Olívio Dutra, João Batista dos Mares Guia (deputado estadual - MG) e vários outros dirigentes partidários encaminharam um recurso ao Diretório Nacional, reivindicando a revogação da punição dos deputados federais Airton Soares, José Eudes e Beth Mendes que deram o seu voto a Tancredo Neves.

Reunida nos dias 2 e 3 de fevereiro, a Executiva Nacional do partido, por maioria de votos, tomou a seguinte decisão:

— recebe e encaminha tais recursos à decisão do Diretório Nacional, a ser realizada em 9 e 10 de março;

— reafirma que todos os filiados, parlamentares ou não, devem respeitar e acatar as decisões majoritárias democraticamente adotadas no Partido; e, por conseguinte, critica os três deputados — Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes — por terem desrespeitado a democracia interna do PT, ao desacatar a decisão majoritária, tomada pelos organismos nacionais, de não ir ao Colégio Eleitoral e afirma que as manifestações desses três deputados não mais expressam as posições oficiais e majoritárias do PT;

— encaminha ao Diretório Nacional, para discussão e deliberação, a seguinte proposta:

1. designação de uma comissão encarregada de elaborar uma resolução política sobre a democracia interna do PT e sobre as relações entre as bancadas parlamentares e as demais instâncias orgânicas do Partido, a ser discutida e deliberada no próximo Encontro Nacional, que deverá realizar-se até novembro deste ano;

2. inclusão, na pauta deste próximo Encontro Nacional da discussão sobre os recursos interpostos contra as decisões tomadas em Diadema a respeito dos três deputados que foram ao Colégio Eleitoral;

3. suspensão — até esse Encontro Nacional — da aplicação da segunda fase das medidas adotadas em Diadema contra os três deputados.”

Argumentos inconsistentes

O recurso a decisão do Encontro Nacional do PT se apoia em dois argumentos: o primeiro afirma que a decisão dos parlamentares de votar em Tancredo “representa no máximo uma contradição política de natureza tática, circunstancial e específica face ao Partido, não configurando uma dissidência ou colisão com o Programa, o Estatuto ou a Ética Partidária”; o segundo defende que o partido deve respeitar a pluralidade de opiniões, estimular o debate e só em casos extremos lançar mão da “coerção disciplinar”.

Os dois argumentos são francamente insustentáveis. A divergência sobre apoiar ou não o governo Tancredo não é nem tática, nem circunstancial e nem específica. Pelo contrário, se relaciona com a estratégia do PT, tem implicações profundas sobre o futuro do partido e se refere ao conjunto da situação política do país. Tanto é assim que os parlamentares que votaram em Tancredo, já estão envolvidos em articulações para formar um outro partido.

Por outro lado, falar em pluralidade de opiniões e estímulo ao debate é ridículo

quando sabemos que o partido realizou um Encontro Nacional justamente a pedido destes parlamentares e quando sabemos que estes parlamentares que foram ao Colégio simplesmente boicotaram os debates internos.

Reafirmar a decisão do Encontro

A revisão ou reafirmação da decisão do Encontro Nacional deverá ter uma influência nula sobre a posição dos parlamentares que votaram em Tancredo, já que eles estão na prática rompidos com o projeto do PT. Mas terá consequências sobre a construção do partido. A revisão desta decisão implicará inevitavelmente em uma certa desmoralização e enfraquecimento da democracia do partido.

A proposta da Executiva Nacional do PT reflete de um lado, a pressão da campanha de desgaste que o partido vem sofrendo e, por outro, a existência de divergências importantes na direção do partido sobre a justiça da decisão do Encontro Nacional. Mas não será com concessões deste tipo que o PT superará os problemas que vem enfrentando. Pelo contrário, o que a conjuntura exige e exigirá cada vez mais do partido é, ao lado do avanço de suas propostas políticas, o reforço de suas instâncias de centralização e de democracia interna.

Luta, revolta e greves: trabalhadores não querem o pacto social

Por Américo Bernardes

No mesmo momento em que se reunia o Colégio Eleitoral, os trabalhadores brasileiros, de norte a sul, das cidades e do campo, continuavam sua luta contra o arrocho e o desemprego. Um levantamento inicial e incompleto demonstra que mesmo com todas as promessas da Aliança Democrática e até apesar delas, mais de 150 mil trabalhadores entraram em greve em janeiro.

Trabalhadores rurais

A nível dos trabalhadores rurais, os principais conflitos se deram novamente em relação aos chamados bóias-frias, particularmente na região da cana e do amendoim no Estado de São Paulo. Entre os dias 4 e 17 de janeiro estiveram paralisados mais de 35 mil trabalhadores, ocorrendo novamente as cenas de violência verificadas em outras ocasiões. Desta vez a polícia chegou a atirar em manifestantes, ferindo oito a bala. Até jornalistas que cobriam as manifestações foram espancados.



Também paralisaram as atividades trabalhadores da região de São José do Rio Preto, região de plantações de amendoim, com a entrada em greve de mais de 8500 trabalhadores. Mas não só em São Paulo. Na Bahia, trabalhadores rurais ameaçaram saquear as cidades de Campo Alegre de Lourdes e Remanso, devido à falta de alimentos e a não existência de sementes para o plantil. Também em Minas Gerais ocorreram greves de trabalhadores rurais, na região do Vale do Jequitinhonha e no município de Passos, sul de Minas.

Ao mesmo tempo, ampliam-se as discussões sobre a reforma agrária, não só com o desenvolvimento da Campanha Nacional da

CUT, mas também a realização de encontros com este fim.

No final de janeiro, foi realizado em Curitiba o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, com a participação de cerca de 1500 delegados de todo o Brasil. Além de debater as questões relativas à ocupação de terras, a realização da Reforma Agrária, foi apresentado um dossiê mostrando que nesta luta já foram assassinados 236 trabalhadores nos últimos três anos.

Também está marcado um Encontro Nacional pela Reforma Agrária para o próximo dia 12 de fevereiro no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados em Brasília, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Associação Brasileira pela Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos.

Trabalhadores urbanos

Em relação aos trabalhadores urbanos, o mês de janeiro demonstrou que o início do governo Tancredo pode se dar com a ampliação das lutas que estão sendo desenvolvidas agora. Particularmente na área do serviço público federal pode ser aberto um novo ciclo de lutas. Na área do Ministério da Agricultura 8000 servidores estão ameaçando entrar em greve caso não lhes seja atendida a reivindicação de recomposição das perdas salariais sofridas nos últimos anos (o poder aquisitivo do servidor caiu a 33% nos últimos 7 anos). Foi dado um prazo até o dia 26 de fevereiro para que surja uma resposta do governo. A paralisação deste setor significaria a paralisação da comercialização de produtos de origem animal no país.

No final de janeiro, realizou-se o Congresso Nacional da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras — FASUBRA. O Congresso realiza-se após a paralisação de cerca de 40 mil servidores de sete universidades e três escolas isoladas em protesto pela discriminação a que foram submetidos, quando somente os professores obtiveram reajuste diferenciado de 20%. O Congresso aprovou um calendário que estabeleça o dia 1º de maio como limite para uma resposta do novo governo. A seguir aponta a realização de assembleia para o movimento tomar uma posição e avançar nas formas de luta, não sendo descartada a

No ano passado, mais de 1,5 milhões de trabalhadores foram a greve em todo o país, mostrando uma tendência ao crescimento das lutas. Neste mês de janeiro, continua intensa a pauta de atividade do movimento operário-popular: mais de 150 mil trabalhadores do campo e da cidade foram a greve; importantes congressos foram realizados.

São lutas localizadas e econômicas que reclamam centralização e politização. Mas têm um significado mais profundo: após vinte anos de ditadura e de arrocho, os trabalhadores batem com forças às portas da transição burguesa. São, em seu conjunto, uma negativa energética da proposta do pacto social.

possibilidade de uma nova greve nas universidades.

Também em janeiro foi realizado em Vitória o maior congresso da história da Confederação dos Professores do Brasil, com a participação de delegados de todo o país. No Congresso, os professores recusaram a proposta de pacto social e reafirmaram as reivindicações que vem marcando as lutas da categoria nos últimos anos.

Greves operárias

Outro local importante é a região do ABC paulista, onde há pelo menos uma greve todos os dias. Desde fábricas onde o sindicato não tinha maior penetração, como é o caso da Toyota, onde estiveram em greve cerca de 400 operários, até as mobilizações nas principais montadoras. No boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, o editorial já manda um primeiro recado para o presidente eleito, demonstrando a clara disposição de luta dos operários. Tancredo sabe que este é um dos



principais pontos de estrangulamento do início de seu governo e já acena com a possibilidade de colocação de Almir Pazzianoto no Ministério do Trabalho, como forma de tentar conter a luta dos metalúrgicos do ABC.

Também entraram em greve várias fábricas em São Paulo: Philco, Singer etc. Cabe ser ressaltada a greve dos operários da Cia Niquel Tocantins, do grupo Votorantim (pertencente a Antonio Ermirio de Moraes, um dos principais representantes empresariais da Aliança Democrática). O tratamento dispensado à greve pode ser já uma amostra do que os trabalhadores podem esperar do novo governo: depois de agir com intransigência, não aceitando negociar, a empresa acaba recuando e atendendo parcialmente às reivindicações dos operários. Encerrada a greve, Antonio Ermirio demitiu 26 operá-

rios, as principais lideranças da greve, incluídos aí os membros da comissão de negociação.

Mesmo nos seus últimos momentos, o regime continua mantendo a coerência com a sua política de arrocho e repressão. Neste mês, ocorreram duas intervenções em sindicatos: calçados de Franca-SP e motoristas de Guaratinguetá-SP. A greve em Franca foi particularmente violenta, tendo sido presos mais de 20 trabalhadores. A intervenção foi decretada no primeiro dia da greve.

Também ocorreram greves em outros estados. Na Paraíba ocorreu a primeira greve operária dos últimos 20 anos, com a paralisação por cinco dias da fábrica CITEX, onde os operários reivindicavam 20% de adiantamento salarial. Frente à intransigência dos patrões os operários recuaram e encerraram a greve. O presidente do Sindicato dos têxteis declarou que a volta à normalidade não representa o encerramento da luta.

Já no setor da construção naval a luta dos operários está se desenvolvendo no sentido da garantia de seus empregos, frente à ameaça constante de demissões. No estaleiro Mauá, estão ameaçados de demissão cerca de 2300 operários. Estes já realizaram passeatas e a luta tende a se ampliar, já que todo o setor enfrenta uma forte recessão.

Finalmente, é importante ressaltar a atual greve dos vigilantes de São Paulo. Constitui uma categoria super-explorada, obrigada a trabalhar doze horas por dia, recebendo um salário miserável, enquanto os donos das empresas de vigilância contam lucros fabulosos. A greve iniciou-se no dia 5 de fevereiro e conta com a participação de cerca de 43.000 vigilantes da capital e do interior do Estado de São Paulo.

Maior centralização

São inúmeras as lutas e as formas de luta. Colocam claramente a disposição dos trabalhadores em não se curvar ante a ameaças ou promessas, seja partindo dos antigos ou novos governantes. Esta disposição necessita de uma direção que trabalhe na perspectiva do avanço das lutas, que as organize e lhes dê um caráter global, que politize a luta geral dos trabalhadores no rumo da negação do pacto social e da organização nacional dos trabalhadores brasileiros. Esta tarefa fundamental está colocada na ordem do dia para a CUT e demais setores classistas do movimento operário e popular.

TRANSPORTES PORTO ALEGRE

O cerco aos lucros dos patrões

“O combustível para o trabalhador produzir é a alimentação, que aumenta quase todos os dias e, no entanto, o salário do trabalhador só é reajustado de seis em seis meses. O combustível dos ônibus sobe a cada dois ou três meses, e cada vez isto ocorre querer passar este aumento para os usuários. Isto é justo?”, protestam as associações de moradores gaúchas em revolta contra os aumentos dos preços das passagens.

Em outubro de 1984, após intenso debate e mobilizações populares, a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre tomou para si a responsabilidade de definir os aumentos das passagens dos ônibus, até então entregues exclusivamente à decisão do Prefeito Municipal.

Já em novembro, a Câmara passou no seu primeiro teste. Com o aumento dos combustíveis decretado pelo governo federal, os empresários reivindicaram o aumento imediato das passagens de 350 para 375 cruzeiros. A

Câmara negou o aumento, mais uma vez com apoio e mobilização popular.

Porém, com o novo aumento dos combustíveis decretados no final de dezembro, a Câmara seria convocada extraordinariamente e submetida a uma nova prova. Os empresários agora exigiam que a passagem passasse de 350 para 400 cruzeiros e trataram de se “mobilizar” para garantir esse novo pedido de aumento.

III Exército

Do outro lado, crescia a mobilização popular. Em documento público, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre e a Federação de Associações Comunitárias do Rio Grande do Sul denunciavam as pressões dos empresários que ameaçavam com a “paralisação do serviço” e o “não pagamento dos salários dos trabalhadores rodoviários”. E colocavam quatro propostas: intervenção nas empresas que não cumpriram suas obrigações na prestação de serviços; reajuste de seis em seis meses; reajuste ba-

seado em nova planilha de cálculo que acaba com o super-lucro dos empresários e criação de uma comissão aberta à participação popular para elaboração desta nova planilha.

Diante da intensidade da mobilização popular, a Comissão de Transportes da Câmara convocou uma reunião de todos os setores envolvidos. Resultado: enquanto trabalhadores e lideranças comunitárias de bairros e vilas lotavam o plenário da Câmara, os empresários batiam às portas do III Exército em busca de apoio, colocando mais lenha na fogueira.

Apesar da vacilação de boa parte dos vereadores, a exigência dos empresários foi mais uma vez rejeitada, com apenas um voto favorável do vereador Paulo Santana (PMDB) e abstenções da bancada do PDS. Foi mais forte a pressão do movimento popular que, no da da votação, lotou a Câmara dos Vereadores, distribuiu panfletos, realizou comícios no centro da cidade e enfrentou até mesmo uma pequena “massa” orga-

nizada pelos empresários que foram à Câmara “exigir o aumento das passagens”.

Nova planilha

A não concessão do aumento significava a cada dia para os empresários uma perda de 50 milhões de cruzeiros. Era o dinheiro que deixava de sair do bolso da população a cada dia. Imediatamente os empresários buscaram no Judiciário o caminho para impor suas exigências. No dia 28 de janeiro, o juiz Flávio Pancaro da Silva dava ganho de causa aos empresários, numa decisão polêmica e que agora é contestada pela Câmara dos Vereadores e pelas organizações populares.

Dando continuidade às lutas, o movimento popular exige agora a instalação imediata da Comissão que deverá elaborar uma nova planilha de cálculos até o final de fevereiro, quando novo aumento do transporte coletivo deverá ser anunciado em função do dissídio dos trabalhadores rodoviários. E aponta a estatização sob controle popular e o subsídio das tarifas como solução definitiva para o problema. (Da sucursal)

A experiência das comissões da Ford

Feijó, Bagaço, Lidinaldo e Laércio jogam no time de frente da comissão de fábrica da Ford, em São Bernardo. Em entrevista a EM TEMPO, eles retomam a discussão iniciada em nossa edição passada sobre a experiência inédita do trabalho conjunto das quatro comissões de fábrica Ford (São Bernardo, São Paulo, Taubaté e Osasco) realizada no final do ano passado. Contam como os trabalhadores da Ford, utilizando sucessivamente várias formas de greve (arrastão, pipoca e ocupação) romperam o cerco salarial. E concluem: é preciso retomar o trabalho comum das comissões da Ford

— A iniciativa de um movimento comum das quatro comissões de fábrica da Ford — São Bernardo, São Paulo, Taubaté e Osasco — no último semestre do ano passado representou, sem dúvida, uma experiência nova e importante para os trabalhadores brasileiros. No entanto, este movimento foi descoordenado e as greves, da Ford São Paulo e de São Bernardo, terminaram por ser feitas com pautas diversificadas e em períodos diferentes. Como vocês, da comissão da Ford de São Bernardo, avaliam esta experiência?

Feijó — É importante, em primeiro lugar, refazer os passos do movimento. A idéia de um trabalho conjunto das quatro comissões começou a partir de um encontro realizado em setembro na cidade de Taubaté. No dia 12 de outubro, nós realizamos aqui em São Bernardo um encontro de comissões de fábricas com o objetivo de trocar expe-

dicos e outras reivindicações) para ser encaminhada à cúpula da Ford. Em relação a Osasco e São Paulo, esta pauta tinha o sentido de ser uma pauta complementar à pauta da campanha salarial. Nesta reunião, é importante dizer, não se marcou uma data para a greve. No início de novembro, nós tivemos uma segunda reunião, com a participação dos companheiros de Osasco, São Paulo. Já aí ficou claro para nós que a pauta não era mais unificada, pois os companheiros de São Paulo e Osasco haviam incluído dois itens novos -20% de aumento real e reajuste trimestral. Assim, a pauta de São Paulo e Osasco já não eram complementares, mas semelhantes à pauta que o sindicato de São Paulo encaminhava na campanha salarial. Estes dois novos itens da pauta não se adequavam à nossa realidade. Havíamos justamente saído de uma campanha salarial antecipada, na qual conquistamos um bom acordo: 100% do INPC e trimestralidade.

Bagaço — Depois disso, saiu a greve da Ford São Paulo, sem que houvessemos combinado em comum a data de sua realização, sem que nos houvesse comunicado com antecedência.

Na entrevista ao número passado do jornal EM TEMPO, o companheiro Lúcio diz que nós não havíamos feito nenhum esforço para realizar a greve aqui em São Bernardo, que não havíamos nem divulgado a pauta de reivindicações entre os trabalhadores da Ford. Diz ainda que teria havido um acordo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com os patrões de não fazer greves durante um período.

Nada disso é verdade. Em primeiro lugar, foi divulgado de diversas maneiras para os trabalhadores da Ford de São Bernardo a pauta de reivindicações. Em segundo lugar, essa estória do acordo do Sindicato de São Bernardo com os patrões não tem o mínimo cabimento. Isso aconteceu de fato, como chegou a ser noticiado pela *Folha de São Paulo*, em São Paulo, onde o Sindicato dos Metalúrgicos fez um acordo de cavalheiros com a FIESP. Em terceiro lugar, nós fizemos um esforço para realizar uma greve em fins de novembro em compasso com a Ford de São Paulo. Chegamos a realizar inclusive uma reunião na quarta-feira, dia 28 de novembro, com cerca de cem companheiros da Ford que tinham participado de uma reunião para tirar representantes para o encontro da CUT mas a avaliação era de que não havia clima para greve. Não houve clima nem para colocar a proposta de greve em votação.

O que ocorreu é que o ritmo da comissão da Ford em São Paulo era um e a realidade era outra em São Bernardo. Enquanto os companheiros da Ford em São Paulo estavam em pleno pique de campanha salarial, nós tínhamos acabado de sair de um período de maior mobilização. A proposta da pauta que mais poderia interessar o trabalho da Ford de São Bernardo era a de abono de emergência mas mesmo esta reivindicação não tinha "pego" ainda. Então, a greve aqui ganhavam um caráter de greve de solidariedade aos companheiros da Ford e essa consciência ainda não estava construída.

Laércio — Essa afirmação de que o Sindicato de São Bernardo tinha feito um acordo de cavalheiros com os patrões não tem nada a ver com a realidade, é desmentida pelas seguidas experiências de luta e combatividade que tem marcado a história do Sindicato. Inclusive, um pouco antes mesmo dos trabalhadores irem à greve na Ford São Paulo, o Sindicato dirigiu uma greve na Mercedes Bens pelo reconhecimento da



Queríamos realizar uma "greve pipoca", de setor por setor da fábrica. Essa tática é uma forma muito mais dura de pressionar o patrão já que desarticula o ritmo da produção e, após o seu final, a fábrica leva três ou quatro semanas para retomar o ritmo normal.

comissão de fábrica e pela reestruturação salarial. O que houve na Ford, foi que após um movimento de operação tartaruga durante nove dias no setor de usinagem em setembro do ano passado, foi feita uma negociação com a empresa através da qual os trabalhadores não fariam greve setorial por reestruturação salarial até julho de 1985, quando a direção da empresa apresentaria uma proposta global de reestruturação salarial. Isto porque estamos lutando para quebrar a hierarquia e as faixas salariais que a Ford montou.

— **Vocês avaliam, então, que nesta época não havia clima para sair uma greve. Mas, alguns dias depois a Ford de São Bernardo entrou em greve. O que mudou nestes dias?**

Feijó — Repercutiu muito entre os trabalhadores da Ford a conquista dos companheiros da Volks que, através de uma greve setorial, conquistaram 80 horas de abono de emergência. Repercutiu também a greve dos trabalhadores da General Motors de São Caetano por um abono de emergência de 80 horas. A proposta da comissão de fábrica era de iniciar na segunda-feira, dia 10, uma greve "pipoca", de paralisação por setor da fábrica. Essa tática de greve por setor, na nossa experiência, é uma forma muito mais dura de pressionar o patrão já que desarticula o ritmo da produção e, após o seu final, a fábrica leva três ou quatro semanas para retomar o ritmo normal. Na quinta-feira, dia 6, a direção da Ford pediu um prazo até sexta-feira para negociar mas simplesmente não apresentou nenhuma proposta. Isto irritou profundamente os companheiros da ferramentaria que paralisaram o setor e com o método do "arrastão" paralisaram toda a fábrica.

Lidinaldo — Embora não fosse esta a proposta de paralisação da comissão de fábrica, esta foi junto com os companheiros da ferramentaria de setor em setor da fábrica, puxando a paralisação.

Feijó — A greve prosseguiu pelo início da outra semana. Na quinta-feira, em assembleia-geral os trabalhadores, aprovaram o método da greve setorial

para quebrar de vez a resistência patronal. A Ford, então, resolveu desligar as máquinas. Na sexta-feira, a greve foi declarada ilegal e em assembleia, às 9 horas da manhã, os trabalhadores decidem voltar ao trabalho como forma de fazer a Ford religar as máquinas. Às 12:30, no setor final da linha de montagem, no setor suprimento P-56 e no setor tapeçaria, corte e costura, a greve recomeçava: era a greve por setor em marcha. A Ford voltou a negociar mas já no domingo ameaçava de dispensa três companheiros da direção da comissão de fábrica.

A resposta dos trabalhadores da Ford não demorou: na segunda-feira em assembleia foi decidida a tomada da fábrica pelos operários, com o fechamento dos portões e os trabalhadores acampados no pátio da empresa. Enfim, a Ford cedeu. Os trabalhadores obtiveram o abono de emergência de 80 horas, o não desconto dos dias parados, ficando a critério dos trabalhadores trabalhar cinco sábados recebendo em troca o pagamento de 9 horas mais 50%. Assim, ao final os trabalhadores conquistaram 80 horas de abono mais 13,5 horas por sábado de recuperação. No dia seguinte, a assembleia de encerramento da greve foi um dia de festa para os trabalhadores.

— **Apesar do desgaste desta primeira tentativa de trabalho conjunto entre as comissões da Ford, como vocês avaliam a possibilidade de retomada desta experiência? É importante lembrar que o trabalho conjunto de São Bernardo com a oposição metalúrgica de São Paulo tem uma importância enorme para a luta dos trabalhadores...**

Bagaço — Este início de ano, agora em janeiro, já fizemos uma reunião de avaliação e auto-crítica do processo que tentamos no final do ano passado. Pensamos que de maneira alguma os problemas que houve podem quebrar a luta por essa união. Não é porque a primeira experiência de trabalho conjunto não foi boa que podemos abandonar este objetivo. E já estamos retomando o trabalho conjunto com mais coordenação e planejamento.



Não saiu uma greve articulada e com reivindicações comuns porque o ritmo da comissão da Ford em São Paulo era um e a realidade era outra em São Bernardo. Enquanto os companheiros da Ford em São Paulo estavam em pleno pique de campanha salarial, nós tínhamos acabado de sair de um período de maior mobilização.



Feijó, Laércio e Lidinaldo

Não é por que a primeira experiência de trabalho conjunto entre as comissões de fábrica não foi boa que podemos abandonar este objetivo. E já estamos retomando o trabalho conjunto com mais coordenação e planejamento.

riências no qual participaram mais de cem companheiros do estado de São Paulo, representantes das comissões de São Bernardo, de Santo André, de São Paulo (Ford Ipiranga e Asama), além de comissões clandestinas. Uma semana depois, as quatro comissões da Ford voltaram a se reunir: foi discutida uma pauta de sete itens (abono de emergência, reestruturação salarial, planos mé-

Os trabalhadores rurais prepararam-se para uma safra de lutas

Na visita à cidade de Guariba, as marcas da repressão à greve recente dos trabalhadores rurais ainda estão presentes. Já se organiza a campanha salarial e os trabalhadores já adiantam um recado para os patrões: "se as reivindicações não forem atendidas, a gente deixa a cana secando no pé"

Sábado, 9 de fevereiro.

Tarde quente em Guariba. Um caminhão derrubou um poste e a pequena cidade de 20 mil habitantes, na região canavieira de Ribeirão Preto, ficou o dia todo sem água e sem luz. Sentados no quintal de uma pequena casa do Jardim São Bento, um grupo de trabalhadores rurais conversa calmamente, conta suas experiências da última greve ocorrida em janeiro e fala do seu sindicato criado há poucos meses.

Fim da tarde, voltam a luz e a água na cidade. Os caminhões passam trazendo os trabalhadores que ainda estão conseguindo trabalhar neste período de entressafra. Hora de convocar a assembléia da noite. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, José de Fátima Soares, um moço de 28 anos solteiro, conversador e conhecido por todos, toma um carro emprestado, coloca sobre ele um alto-falante também emprestado e sai rua por rua da pequena cidade convocando todos para a "sensacional assembléia que será realizada logo mais à noite, no estádio municipal com a presença do Hugo Blanco e Alfonso Chanes, nossos companheiros do Peru e do México. Compareça companheiro, venha dizer como é que nós queremos trabalhar na próxima safra. Dê as suas sugestões para a pauta de reivindicações que será entregue aos patrões".

19h30m. As luzes do estádio já estão acesas e mesmo a contragosto mais uma vez ele foi cedido para uma reunião dos trabalhadores rurais de Guariba, onde o novo Sindicato tem como sede apenas a casa do seu presidente.

Aos poucos os trabalhadores vão chegando—, rostos muito jovens em sua maioria. Zé de Fátima sobe numa mureta ao lado do alambrado e ali mesmo começa a Assembléia com cerca de 300 trabalhadores. E, pela primeira vez, eles começam a discutir antecipadamente, quase três meses antes da safra, os salários que pretendem receber, as condições que exigem para trabalhar e a estruturação do Sindicato.

"Não esquece das cinco ruas..."

"Empregos para todos nas Usinas

Bonfim, Santa Adélia, São Carlos; aumento de salário com base no 100% do INPC; melhores condições de transportes e contra os caminhões que correm demais; pagamento das horas paradas quando acaba a cana e a gente tem que ficar à toa no serviço; contrato de trabalho por um ano; reajuste trimestral; pagamento do corte da cana por metro; começar a discutir as finanças do sindicato e o desconto em folha. Uma a uma, Zé de Fátima vai colocando as reivindicações que os trabalhadores de Guariba pretendem defender na manhã seguinte, em Sertãozinho, numa reunião da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo) com os Sindicatos da região de Ribeirão Preto (cerca de 15 a 20 cidades que enfrentaram paralisações ou manifestações por aumento da diária no mês de janeiro).

A cada proposta os trabalhadores levantam os braços animados. Alguns não se esquecem de cobrar um item pulado na leitura como o corte por metro. Outros não deixam de repisar a importância de se colocar o padrão de corte por cinco ruas, o primeiro motivo que os levou à greve no ano passado.

Alegre, eles riem à vontade quando Zé de Fátima critica algum poderoso da cidade. Empolgados, aplaudem os companheiros do estrangeiro que ali foram conhecer a experiência de Guariba mais de perto e levar sua solidariedade. Decididos e bem-humorados, eles não deixam de concordar com a afirmação de Zé de Fátima sobre a repressão que se abateu sobre Guariba durante a greve de janeiro: "As cacetadas só servem pra esquentar o sangue da gente".

Algumas horas depois eles saem do estádio deixando um recado: "no dia 15 de abril a gente volta a se encontrar em uma nova assembléia para analisar a resposta dos patrões. Se o campo de futebol não for cedido ela já está marcada para a porta do Estádio". Mais do que isto: "se as reivindicações não forem atendidas, a gente deixa a cana secando no pé". Ou seja: greve.

"Agora fiz mais vantagem"

Quem assistiu pela televisão ou viu pelos jornais as cenas de espancamento dos trabalhadores pela Polícia durante a greve por diárias maiores e por emprego para todos em Guariba, mês passado, não poderia imaginar que tão rapidamente eles se reencontrassem, para discutir suas reivindicações. Não que a repressão tenha se limitado ao que vimos na imprensa, muito menos que suas marcas tenham já se apagado nesta pequena cidade.

"Eles chegaram desmanchando o piquete e descendo o pau. Aí o povo saiu correndo e eles atrás, batendo, batendo. Alguns trabalhadores começaram a jogar pedras, mais para se defender que para acertar pois o jeito era ir correndo e apanhando". Quem lembra desta tarde de sábado, do dia 12 de janeiro, é Zé Rodrigues, tesoureiro do sindicato. Outro Zé, o Maria, conta mais. Conta que estava na sua casa onde os policiais entraram à procura de pessoas e foram espancando. E todos contam do menor de idade que apanhou tanto que ficou "com problemas na cabeça". Contam do padre, do seminarista, da dona de casa que, na cozinha enquanto preparava a comida, apanhou tanto que perdeu o filho que esperava. E contam do Jardim São Bento, dos outros bairros, da cidade, toda, e de todos eles que tiveram suas portas arrombadas a pontapés, suas casas invadidas e seus corpos surrados.

Outras marcas que a cidade também carrega: Pela militância ativa e sua identificação na luta dos trabalhadores rurais bóias-frias, 13 líderes sindicais de Guariba, além do presidente que já havia sido demitido, foram mandados embora da Usina São Martinho, pertencente ao grupo Ometto e considerada a maior da América Latina com seus 60 mil hectares. Assustar os trabalhadores e afastá-los do Sindicato de Guariba foi o primeiro objetivo desta medida.

Mas se as marcas ficaram, se os trabalhadores demitidos ainda brigam pela readmissão e pelo direito à estabilidade, o desânimo não tomou conta deles. É Zé

Rodrigues quem responde à pergunta se a demissão desanimou sua luta: "Achei que agora fiz mais vantagem. Fui dispensado mas em cima de direitos que os patrões vão ter que pagar. Antes da gente se organizar eu podia também ser dispensado a qualquer momento e sem direito nenhum".

Os direitos a que José Rodrigues se refere são hoje um dos maiores orgulhos destes trabalhadores rurais bóias-frias: a carteira assinada, 13º proporcional, abono e férias proporcionais. É certo que tudo isto se dá em cima de contratos de trabalho de apenas seis meses por ano e que em muitos casos estes direitos básicos continuavam sendo violados. Mas é certo também que na região mais avançada do Estado e onde os trabalhadores se encontram mais mobilizados como na zona canavieira de Ribeirão Preto, eles são uma importante conquista que os trabalhadores querem fazer valer e ampliar.

Na manhã de domingo em Sertãozinho, cidade vizinha de Guariba, as reivindicações dos trabalhadores rurais que participavam da assembléia do Estádio se somaram às outras trazidas por líderes sindicais ou "comissões de greve" das várias cidades da região, num novo encontro que reuniu mais de 300 delegados.

Antecipando todas as decisões, uma delas já estava clara para todos estes trabalhadores. A de que neste ano não se faz uma safra de cana sem um bom acordo. Quando o mês de maio e a safra chegarem, os antigos "bóias-frias", que até mesmo confundiam há alguns anos as palavras direito e dever, vão subir nos caminhões que infestam as rodovias, com uma certeza de que hoje não são mais rostos sofridos e escondidos atrás dos chapéus e de humilhações. Quando os mais de 150 mil trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto chegarem aos canais no mês de maio, além da marmitta fria estarão carregando a certeza de que hoje são uma categoria organizada na luta por seus direitos. Se eles não forem cumpridos, os caminhões não terão a quem carregar. E a cana que fique secando no pé...

BÓIAS-FRIAS

A retomada do espaço

Retirados da terra, jogados nos cantos das cidades, espremidos nas traseiras dos caminhões, os bóias-frias se apresentam como o setor mais oprimido do proletariado brasileiro.

*“Fruta-pão, o Fruta-pão
Quem é que mais furta o pão
O bóia-fria ou o patrão
Bóia-fria nem existe, é uma palavra inventada
Começa na madrugada e acaba no por do sol...”*

Assim uma poesia do Norte do Paraná falava dos trabalhadores volantes que no começo dos anos 70 passaram a engrossar os cinturões das cidades, habitando as favelas e os bairros mais pobres e, não raro confundidos com marginais, ladrões e vagabundos. Despejados do campo, acabaram substituídos por soja, cana, trigo, laranja ou outras plantações em alta escala para exportação. Sem qualquer meio de produção e reduzidos a vendedores apenas de sua força de trabalho como assalariados rurais, os bóias-frias passaram a ocupar os cenários urbanos em seus lugares mais miseráveis, as estradas em caminhões lotados e sem as menores condições de segurança, as cidades sem nenhum direito à educação, saúde ou benefícios. E continuaram a trabalhar na lavoura para onde se deslocam todos as manhãs.

Embora o sonho de um pedaço de terra ainda se mantenha para muitos deles, sem outra alternativa além do trabalho temporário na agricultura, os bóias-frias se voltam para avaliar suas condições de vida e de trabalho, passam a negociar seus salários com os patrões e a defender seu direito ao trabalho e à sobrevivência nos períodos de entressafra, quando sua mão-de-obra é dispensada.

Na luta dos trabalhadores rurais do interior do Estado de São Paulo, principalmente na região de Ribeirão Preto onde se concentram mais de 30 usinas canavieiras, mais de 120 mil trabalhadores temporários e o maior número de mobilizações de bóias-frias, todos estes fatores estão presentes.

Ali se encontram os bóias-frias completamente separados da terra, com lutas semelhantes as dos operários urbanos, preocupados em definir suas relações de trabalho com os empresários. Encontram-se também aqueles que ainda tem uma ligação estreita com a terra de onde foram expulsos e que esperam que sua luta devolva o seu pedaço de chão, não se vendo ainda como um trabalhador subordinado ao patrão. E aqueles que no período de safra vem engrossar a mão-de-obra, os chamados “mineiros”, em geral pequenos proprietários de terra, que como safristas vem para o Estado trabalhar por um curto período.

Nesta somatória, várias reivindicações se misturam. Mas algo mais forte os une e faz com que suas lutas venham crescendo nestes últimos anos. Antes de mais nada eles lutam por melhores condições de vida, de trabalho e pelos seus direitos trabalhistas básicos. Acima de tudo eles querem ser reconhecidos como trabalhadores dentro do conjunto da sociedade. E como tal, se colocam na luta contra a exploração a que são submetidos.

Avança o capital, sai o homem

Se os metalúrgicos se destacaram na luta dos operários urbanos como o setor mais combativo e organizado em seu primeiro momento, no caso dos trabalhadores rurais esta combatividade e organização se refletiram justamente nos setores mais dinâmicos da agricultura paulista: o da cana-de-açúcar e da laranja.

Dentro de uma via de desenvolvimento econômico concentradora da renda, de um avanço da produção capitalista na produção agrícola, da modernização da agricultura cada vez mais utilizadora de capital e insumo, criaram-se as condições no campo para uma relação de emprego temporária mais vantajosa para o proprietário rural que o trabalho permanente.

Além disto, sob a alegação de que estes trabalhadores desempenham suas atividades por empreitadas ou subordinados a um intermediário, os proprietários rurais procuram se desobrigar de um vínculo empregatício e dos direitos básicos assegurados pelos Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, como férias, 13º salário, repouso remunerado ou indenização.

No caso da agricultura paulista, outros aspectos se somam a estas explicações. Por um lado, ela se desenvolve especializando a produção e tornando predominantes determinados cultivos de acordo com as regiões ou sub-regiões do Estado. Um exemplo destas especializações de sub-regiões são Ourinhos (soja), Piracicaba (cana-de-açúcar), Bebedouro (laranja).

Voltada para a exportação, esta política agrícola se dá em detrimento da produção de alimentos básicos para a população, permite a sazonalidade da mão-de-obra e expande o trabalho volante no interior do Estado. Na região de Ribeirão Preto, por exemplo, de 1971 a 1984 houve um aumento da área ocupada pela cultura de exportação de 262 mil hectares para 664 mil hectares. Paralelo a isto, o número de trabalhadores volantes cresceu de 66.982 em 1971 para 156.846 em 1984, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola - SP.



ENCONTRO DOS SEM-TERRA

Reforma agrária já

Durante três dias, 1.500 delegados de todos os países definiram as principais bandeiras de luta no campo.



Sob a bandeira da Reforma Agrária Já teve início no dia 29 de janeiro o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra em Curitiba. O Congresso contou com a participação de cerca de 1.500 delegados de todos os estados do país, tendo a duração de três dias. Ao final do Congresso, as resoluções foram transformadas em reivindicações que serão posteriormente encaminhadas ao presidente Tancredo Neves. Este inclusive foi convidado, mas não compareceu ou mandou representantes, posição coerente com as promessas que tem feito em relação à questão agrária: vagas citações sobre a aplicação do Estatuto da Terra, repudiado pelos Sem-Terra neste encontro.

O Congresso contou com a participação de dirigentes camponeses de vários países da América Latina (Peru, Bolívia, México), o que serviu para reforçar ainda mais a visão sobre os problemas comuns sofridos para trabalhadores rurais destes países. Também contou com a participação do Presidente Nacional do PT, Lula, aplaudido de pé pelos participantes, ao contrário de representantes do PMDB e do governo estadual que foram até vaiados.

Sem dúvida nenhuma, este I Congresso, apesar de algumas limitações, representa um passo fundamental na organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Isto se deve a duas razões fundamentais: em primeiro lugar por que o trabalho no campo era feito mais tradicionalmente com os pequenos proprietários, e não com os trabalhadores rurais.

Com o fortalecimento das grandes empresas rurais, seja através das grandes plantações ou da criação extensiva de gado, ampliou-se bastante o número de trabalhadores rurais, um setor super-explorado e muitas vezes vivendo às margens das cidades das principais regiões agrícolas. Este tipo de concentração confere alta explosividade às lutas destes trabalhadores, podendo ter como exemplo as lutas no Rio Grande do Sul (Ronda Alta), no Paraná, São Paulo, Minas, Goiás, Paraíba, Pernambuco.

Dossiê sobre a violência

Em segundo lugar porque as lutas desenvolvidas eram muitas vezes vistas como lutas localizadas, não se compreendendo que a política local era resultado de uma política econômica agro-exportadora, que elimina o homem do campo em favor do boi, da soja, da cana, da laranja.

Nesse sentido, o dossiê apresentado pela

CPT tem fundamental importância. Neste dossiê estão catalogados 236 assassinatos ocorridos nos últimos três anos, em todas as regiões do país. Demonstra que a luta levada adiante é extremamente violenta e deve ser encarada por parte dos trabalhadores a partir de seu caráter nacional.

Depois de debates em grupos, foram aprovadas 38 resoluções, apontando as medidas necessárias para a realização da reforma agrária em nosso país. Entre estas, pode-se destacar: reforma agrária sob controle dos trabalhadores; terra para quem nela trabalha; expropriação de todas as terras pertencentes às multinacionais e proibição de estrangeiros terem terras no Brasil; extinção do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), por se constituir em um órgão de controle e repressão sobre os trabalhadores rurais.

Também foi aprovada a luta pela extinção de organismos de projetos regionais, como por exemplo: Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (vinculado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e responsável pelo controle da mais explosiva região do país: norte de Goiás, sul do Pará e Maranhão), Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, Comissão para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o projeto JICA (convênio com os japoneses para a exploração das áreas do cerrado brasileiro, que compreende partes do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais — área particularmente importante na produção de grãos).

Repúdio ao Estatuto da Terra

Criação de novos órgãos que contem com a participação dos trabalhadores rurais na sua administração, repúdio total ao Estatuto da Terra, são também outras reivindicações aprovadas.

Em relação à questão da violência, o Congresso aprovou resoluções apontando os governos estaduais e federal como responsáveis, seja por omissão ou conivência ou até por ligações com os latifundiários, pelas violências e assassinatos que tem se abatido contra os trabalhadores rurais.

Apesar de algumas deficiências, dadas pela falta de experiência na realização deste tipo de encontro ou problemas com a efetiva participação dos delegados, o saldo deste I Congresso é sem dúvida nenhuma positivo: reforça a unidade entre os trabalhadores rurais e aponta cada vez mais para a construção da unidades dos trabalhadores da cidade e do campo.

O movimento camponês na América Latina

EM TEMPO reuniu Hugo Blanco, Secretário de Direitos Humanos da Confederação Camponesa do Peru e deputado federal pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Alfonso Rodriguez Chanes da Coordenadora Nacional Plan de Ayala do México e Silvestre Tinini do movimento de camponeses independentes da Bolívia, para uma entrevista.

Os três participaram do I Encontro Latino-Americano de Organizações Camponesas Independentes, realizado em novembro no México e que contou com a presença de entidades deste país, do Peru, da República Dominicana, do Equador, do Brasil e da Nicarágua. E vieram ao Brasil para conhecer o movimento dos Sem-Terra do Brasil, que realizaram em Curitiba o seu Encontro Nacional.

Aqui, eles falam das lutas do movimento camponês na América Latina, uma realidade importante de ser conhecida pelos trabalhadores brasileiros.



— Como o capitalismo tem tratado a questão agrária na América Latina e que situação enfrentam hoje os trabalhadores do campo?

Hugo — A novidade nos últimos anos que podemos mencionar é que o capitalismo tem implantado, em geral, a agro-indústria em mãos de grandes empresas capitalista, tem implantado, em geral, a agro-indústria em mãos de grandes empresas capitalistas, imperialistas inclusive, gerando o crescimento de camponeses pobres. O desenvolvimento que vem tendo o capitalismo agudiza o problema da terra, pelo qual, centralmente, está lutando o campesinato. Não vou discorrer aqui sobre as distintas lutas que estão ocorrendo nos diferentes países sobre o problema da terra, mas quero destacar que ainda existe, estes problemas, inclusive, nos países onde se fez uma reforma agrária, como no México, na Bolívia e no Peru.

Chanes — No caso do México, a penetração do capitalismo tem sido brutal e para poder se implantar tem atacado muitas conquistas do campesinato mexicano. Na revolução armada de 17 no México, os camponeses armados, encabeçados pelos generais Villas e Zapata, conquistaram a implantação de uma reforma agrária. De uma certa forma, podemos dizer que os camponeses tomaram o poder em nosso país, mas não puderam mantê-lo, pois não tinham uma visão de conjunto, não tinham um plano econômico para o país. As conquistas dos camponeses mexicanos têm sido apagadas para que pudesse se implantar o capital agro-industrial no meu país e, sobretudo depois da década de 1940, a legislação agrária decretada por Miguel Aleman Valdez o presidente mexicano, reconheceu o direito de “amparo” aos grandes latifundiários e criadores de gado. Essa lei do “amparo” serviu aos interesses dos latifundiários e assim a luta pela terra nunca terminou em meu país. Há mais de quinze mil “expedientes” agrários que estão

paralisados principalmente porque há este “amparo”, que protege os latifundiários. Quando um grupo de camponeses (21 camponeses pelo menos) se reúnem em assembléia e decidem solicitar terras, estabelecem um “expediente” agrário. Assim, há um total de seis milhões de camponeses sem terra, isto sem contar as mulheres porque as leis agrárias em meu país são muito reacionárias e não reconhecem os direitos agrários para as mulheres. Mais recentemente, se fizeram novas modificações nas leis de reforma agrária, não somente para proteger os grandes latifundiários como também para permitir a entrada do capital no campo mexicano, para permitir que as agro-indústrias se desenvolvem mais. Um exemplo: no norte do país, em Sinaloa, há muitos “ejidos” (comunidades camponesas) e está aparecendo um fenômeno que chamamos de neo-latifundismo. Há muitos “ejidos” que não tem recursos para poder trabalhar a terra, não têm crédito, maquinárias, ferramentas e sementes. Então, grandes latifundiários ou empresas arrendam as terras destes “ejidos” e os seus proprietários passam a fornecer a força de trabalho para a sua exploração econômica. São assalariados de suas próprias terras. As leis agrárias atuais, que vem sendo implantadas desde a década de 40, impossibilitam o avanço da luta camponesa. Nossa organização, a Coordenadora Nacional Plan de Ayala em seu último congresso de novembro do ano passado retomou essa discussão de conjunto e chegou à conclusão de que não basta lutar contra as modificações da lei agrária, que não basta lutar contra as leis de crédito. Pensamos que em nosso país deve ser elaborado um novo projeto de lei agrária alternativa. Uma lei agrária que seja elaborada pelos camponeses, pelos “ejidos” e pelas organizações camponesas para expressar realmente os seus interesses. Há outras organizações camponesas como a Central Independente de operários agrícolas e camponeses e a União Geral de Operários e Camponeses do México que já demonstraram o seu acordo de trabalhar por esse novo projeto de lei agrário.

Hugo — Há alguns aspectos importantes que não mencionei. O papel dos bancos. Em primeiro lugar, os camponeses são discriminados nos empréstimos. Em meu país, por exemplo, existe uma legislação que afirma que aos camponeses devem se dirigir prioritariamente o crédito mas apesar disso eles são discriminados. Os bancos intervêm para aplastar a pequena propriedade: fornecem crédito para o camponês mas exige a hipoteca de sua terra. O camponês faz os seus cálculos e pensa que poderá pagar esses empréstimos. Mas a agricultura depende muito dos fenômenos naturais e uma inundação, uma seca ou uma praga podem afetar seriamente a produção. Então, o camponês não pode pagar e o banco acaba lhe tirando as terras. Um outro aspecto que é importante assinalar é que na Nicarágua também o capitalismo está pressionando o campesinato. A Nicarágua é um país em que o camponês conta com o apoio do Estado mas continuam os ataques do imperialismo. Em primeiro lugar, os ataques armados que fazem com que os camponeses muitas vezes tenham que deixar de trabalhar para se defender dos ataques armados ou que tenha de abandonar determinado tipo de cultivo ou determinadas criações de animais porque necessitariam um apoio militar demasiado forte para se defender de ataques dos mercenários. Por outro lado, grande parte da maquinaria agrícola na Nicarágua é norte-americana e em grande parte está paralisada por causa do boicote do imperialismo.

— Que experiência de organizações e de lutas mais importantes tem se desenvolvido no último período na América Latina?

Hugo — Bom, no que diz respeito ao Peru eu pertencço a uma entidade que tem 37 anos de existência, uma organização independente dos governos dos capitalistas que tem desenvolvido muitas lutas. Nossa organização a barca distintos tipos de campesinato: comunidades camponesas, comunidades tradi-

cionais desde o período dos incas, populações nativas da selva, cooperativas camponesas, sindicatos camponeses, todo tipo de organização camponesa.

— Há no Peru uma entidade única dos camponeses?

Hugo — Há duas grandes centrais sindicais camponesas. A nossa e outra que foi criada pelo governo de Velasco que fez a reforma agrária. Nós tratamos de coordenar o mais possível nossas atividades com essa entidade. Há uma outra organização mas muito pequena. E o nosso objetivo é caminhar para uma só organização. Mas como eu dizia, nossa entidade respeita a maneira como as bases se organizam. Por causa disso, as lutas que temos travado têm ocorrido por distintos problemas e de distintas formas: as comunidades camponesas que tradicionalmente têm se defendido dos latifundiários que procuram usurpar suas terras; a luta dos camponeses pela comercialização de seus produtos, a luta pela recuperação de terras camponesas, a luta na qual eu participei diretamente pela expulsão dos latifundiários e para converter estas fazendas em comunidades camponesas. A luta contra a repressão ocupa também um lugar central porque há zonas que o governo está cometendo grandes massacres, genocídios. Um outro aspecto importante é que tem havido lutas importantes do campesinato com os trabalhadores urbanos.

— Há algum vínculo orgânico dos camponeses com os trabalhadores urbanos?

Hugo — Nossa confederação camponesa há algum tempo vem pedindo a sua filiação à Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru e recentemente este pedido foi aceito. Além disso, a nível regional conformamos as diferentes frentes de defesa dos interesses do povo que são organismos que agrupam operários, camponeses, habitantes das favelas e estudantes para impulsionar as lutas regionais. Assim, participamos das lutas gerais da classe trabalhadora além das lutas próprias do campesinato. Houve recentemente duas paralisações nacionais camponesas a nível nacional.



— Qual é a situação das lutas e das organizações camponesas no México?

Chanes — No México, a reivindicação histórica, como na maior parte dos países da América Latina, é a luta pela terra. Mas há outras reivindicações: pelo direito do campesinato de comercializar seus produtos, por créditos baratos e oportunos, pelas liberdades democráticas, contra a repressão que se abate cotidianamente sobre o movimento camponês, pela liberdade dos presos políticos camponeses e pela apresentação de mais de quinhentos desaparecidos políticos que há em nosso país. Estas são as reivindicações principais pelas quais o campesinato mexicano vem lutando nos últimos tempos. Nossa organização é um frente de organizações camponesas independentes do partido oficial que surgiram nos últimos quinze anos a partir das lutas. São organizações que surgiram de forma localizada, regional, por todos os cantos do país e que, através do intercâmbio de suas experiências, constituíram uma entidade comum. Em outubro de 1979 se constituiu a Coordenadora Nacional Plan de

Ayala. Nossas organizações têm desenvolvido lutas importantes: nos últimos cinco anos temos feito várias mobilizações de caráter regional e algumas de caráter nacional. A primeira delas ocorreu a 12 de maio de 1981 quando fizemos uma primeira marcha na cidade do México junto com o magistério democrático, na qual participaram cerca de 60 mil pessoas. Depois realizamos duas grandes jornadas de organizações camponesas regionais com vários tipos de experiências: concentrações, tomadas de edifícios públicos, barreira de estradas. A ação mais importante se deu no ano passado a 10 de abril: marchas de todos os pontos do país até o centro de cidade do México. Nesta marcha se organizaram quatro grandes colunas camponesas que entraram na cidade do México. Foram quinze dias de marcha que chamou a atenção de todos os meios de comunicação do país. Cremos que foi um acontecimento unitário histórico: as marchas camponesas saíram a consciência do povo mexicano. O governo passou a se preocupar com este movimento camponês, procurando atender superficialmente algumas reivindicações e procurando dividir nossas forças com todo tipo de artimanhas. E quando não dão certo as artimanhas, utilizam a repressão aberta: nos últimos seis meses foram assassinados 65 companheiros nossos, membros da Coordenadora Nacional Plan de Ayala, por grupos para-militares, por polícias estatais e por membros do Exército. No México, está ganhando nova força este fenômeno do pistoleirismo, muito mais organizado a nível nacional. E está organizado dentro do sindicato oficial, dentro da Confederação Nacional Camponesa. Diante deste quadro, o nosso esforço tem sido o de superar as ações simplesmente sindicais.

— Qual a situação do movimento camponês hoje na Bolívia e que lutas estão sendo desenvolvidas?

Silvestre — Depois da conquista da democracia em 10 de outubro de 1982, se realizou o II Congresso da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia, onde foram discutidas as reivindicações camponesas: melhoras de preços agrícolas, a questão dos transportes interprovinciais. Afirmava-se ainda que os camponeses deveriam ter a sua entidade econômica que veio a ser a Cooperação Agrária Camponesa. Neste II Congresso, discutiu também a necessidade da elaboração de uma nova lei de reforma agrária. Os camponeses elaboraram uma nova lei que se chama Lei Agrária Fundamental que se discutiu em Cochabamba em agosto de 1983. Já em 1984, este novo projeto agrário foi apresentado ao governo Siles Suazo. Até o momento esta lei não entrou em vigência. Então o camponês junto com a Central Obrera Boliviana continua lutando para obter estas novas leis. E, neste momento, os camponeses estão juntos com a Central Obrera Boliviana para defender as liberdades democráticas, a liberdade sindical porque na Bolívia estamos permanentemente ameaçados pelo golpe. Assim, nestes dias está ocorrendo uma grande paralisação nacional.

— O que representou o I Encontro Latino-Americano de Entidade Camponesas?

Hugo — Foi muito importante que as entidades convidadas pela Coordenadora Nacional Plan de Ayala comparecessem. Entendemos que nos enfrentamos no fundamental com os mesmos problemas e que também as nossas formas de luta são as mesmas. Coincidimos em que deve estar unificado o campesinato independente em todos os nossos países. Coincidimos que devemos nos unir com outros setores sociais, os operários, os moradores das favelas. O Encontro foi muito importante e creio que pode ser considerado um ponto de partida para desenvolver a solidariedade dos vários movimentos que estão se desenvolvendo em nossos países. O que se tem de fazer agora é ampliar esta coordenação, tanto nos nossos próprios países, como em outros países que não estiveram presentes.

ELEIÇÕES DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Uma experiência avançada de democracia sindical

Milhares de bancários foram às urnas para escolher os nomes de uma chapa unificada com base em representação proporcional para a próxima diretoria do sindicato.

nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro os bancários do Rio de Janeiro viveram uma rica experiência no rumo da democratização do seu sindicato. Foram realizadas eleições prévias para a composição de uma diretoria unitária.

No dia 17 de janeiro, uma assembléia da categoria decidiu a favor do processo eleitoral democrático por esmagadora maioria de votos. Quem se colocou contra as prévias foram dois setores da oposição: a "oposição já" (Convergência Socialista) e o Movimento Socialista Bancário — MSB — (PDT), este último fazendo parte da atual diretoria. Estes dois movimentos não acataram a decisão da assembléia e fizeram campanha pelo boicote da prévia. Fato lastimável, a oposição saiu dividida. No entanto, mais lamentável ainda foi esta oposição do PDT, permitir que a diretoria do BANERJ tentasse inviabilizar as prévias, proibindo a votação durante o expediente.

No dia 31 foram realizadas eleições diretas no Banco do Brasil para a escolha de quatro nomes para

compor a chapa. Concorreram duas chapas: a Unida de Democrática (situação) e o MUDE — Mudança e Democracia (oposição). Votaram mais de duas mil pessoas, elegendo Ruy e Imaculada (MUDE) e Ivan e Paulinho (UD).

No dia 1º foi a vez do BANERJ. Nestes dois bancos, o nível de mobilização da categoria, a relativa estabilidade, permitiu que se apresentassem chapas e programas (com material de propaganda igualitário e financiado pelo sindicato) com mais de 30 urnas coletando os votos. No BANERJ apareceram três chapas. A da UD, a do MUDE (inclusive com a presença de companheiros do MSB que aceitaram participar das prévias) e uma terceira, independente que não atingiu 20% dos votos e portanto (pelo regimento), não teve nenhum nome eleito. A UD elegeu dois e o MUDE outros dois: Zola e Dulia. No BANERJ votaram mais de 2.500 pessoas.

No dia 1º também foi o dia da eleição da chapa dos demais bancos. Estava prevista uma convenção para

as 19 horas onde seriam apresentadas as chapas e logo após se passaria para a eleição em urna. No entanto, o Comitê Eleitoral formado por seis pessoas (2 do MUDE, 2 da UD e 2 do MSB) não conseguiu conter uma manobra dos setores mais atrasados da UD, que forçou a abertura da urna para as 17 horas, inviabilizando a convenção. Três chapas fizeram campanha e elegeram nomes para compor a chapa. Sairam 11 nomes da UD, 2 para o MIB (Movimento Independente Bancário) e 3 para o MUDE: Washington, Paulo de Tarso e José Carlos.

No dia 4, inscreveram-se duas chapas para concorrer na eleição dependente do Ministério do Trabalho e da CLT: uma construída através de um processo democrático, que envolveu grande parte da categoria e outra, saída de uma reunião com pouco mais de cem pessoas, que junta a maioria do MSB e a "oposição já" (Convergência Socialista).

EM TEMPO acompanhou muito de perto esta eleição e em primeira mão fez uma entrevista com alguns dos companheiros do MUDE eleitos.

— Como é fazer trabalho de oposição em banco particular?

José Carlos — Primeiro, você tem que tomar muito cuidado porque a repressão é muito grande. No meu caso, por exemplo. Eu comecei a fazer campanha há uns quatro meses, mas com cuidado, para não queimar nenhum companheiro do banco. Agora com a campanha das prévias, quando fiz um trabalho mais aberto e tive que faltar dias 31 e 1º, quando cheguei no banco tinha recebido uma suspensão de três dias. Isto porque o banco não podia mais demitir. Agora, liberado, fica mais fácil fazer um trabalho em prol da categoria.

— Como é o trabalho de oposição em financeiras?

Paulo de Tarso — É uma barra! É uma contradição: as financeiras dão muito mais lucro que os bancos; no entanto, os salários são mais baixos ainda do que nos bancos, não temos piso salarial, não temos anuênio. Neste setor, que soma uns dez mil trabalhadores é onde encontramos o mais baixo nível de sindicalização. Hoje, o primeiro passo que a gente tem

estrutura sindical brasileira não serve para nós e temos que buscar formas para romper com esta estrutura sindical. Um dos pontos centrais é a forma como se dão as eleições sindicais, ou seja, ao final temos diretorias



excludentes. Por exemplo: no caso dos metalúrgicos de São Paulo, a oposição tem maioria dos votos de fábrica e quase a metade dos votos totais, no entanto está excluída da direção do sindicato. Com o processo democrático, onde fica garantida a disputa política e a luta pela hegemonia, abrimos a disputa eleitoral para o conjunto da categoria, politizamos a discussão sobre unidade e democracia sindical.

O processo que fizemos não é algo acabado, mas é o que conseguimos avançar, é um passo à frente. Aliás, tomamos como exemplo São Bernardo, bancários de São Paulo, Petroquímicos da Bahia. Aqui no Rio tivemos inúmeros problemas, cometemos erros, mas o fundamental foi o princípio que procuramos atingir. Lamentamos a não participação do resto da oposição, que nós chamávamos para que eles participassem junto conosco, para levar nossos nomes para que eles fossem referendados pela categoria, para de fato saber quem tem trabalho e representatividade na categoria. Acreditamos que se a oposição tivesse participado unida, teríamos melhores condições de apresentar para a categoria a melhor

chapa, a melhor direção. Infelizmente eles não entenderam isso, pelo contrário, referendaram as eleições da CLT facista, não fazendo nada para romper com esta situação. A nossa expectativa é contribuir com o conjunto do movimento sindical brasileiro, a partir de outros e do nosso exemplo, aprofundar e melhorar cada vez mais a democracia sindical. Acreditamos, no entanto, que construiremos uma nova estrutura sindical aliando esta nossa experiência com a luta pela convocação de uma Constituinte Livre e Soberana.

— Como é que você pensa a gestão do sindicato através de uma diretoria composta por frações sindicais?

Ruy — A chapa foi formada proporcionalmente segundo os votos alcançados. As divergências serão resolvidas, porque chapa unitária não significa acabar com as divergências, na medida em que aprofundemos a democratização do sindicato, criando os instrumentos para a participação da categoria — debatendo as propostas e encaminhando o que a maioria decidir. Neste sentido, terá papel destacado a formação das comissões de empresa, a realização de reuniões ampliadas e de assembléias. É com uma política de massas que podem se resolver as divergências.

— Washington, qual o significado das prévias?

Washington — É um processo que deu início a toda uma transformação de luta sindical aqui no Rio de Janeiro. É um processo que veio para ficar, mas ainda tivemos problemas porque setores da UD tiveram medo da democracia. Isto se revelou na eleição das chapas de bancos particulares, quando eles atropelaram a assembléia e super valorizaram o voto de clientela, abrindo as urnas antes do debate entre as chapas. Isto foi ruim para a categoria. De positivo foi a participação da massa de bancários em cada



empresa, defendendo e legitimando suas lideranças, criando as condições para o desenvolvimento de um trabalho com bons resultados num futuro bem próximo.

Imaculada, como foi a prévia no Banco do Brasil?

Imaculada — O número de

votantes foi expressivo e na categoria, eu acho, foi onde o processo ficou mais claro. O Banco do Brasil foi o lugar que viveu mais lutas durante a gestão dessa diretoria e o entendimento da proposta ficou fácil. O prazo curto para a realização da prévia foi uma falha. O boicote foi localizado em alguns setores, fica difícil medir exatamente porque neste período tem 30% dos funcionários em férias, se abatermos isto, o número de sindicalizados fica em 2.800 e votaram 2.050. Fora isso tem a abstenção normal de qualquer eleição. Só assim podemos medir o peso da abstenção política.

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Liberdade vence eleições

Realizaram-se nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 84, as eleições para a UMES de Vitória da Conquista, que foram de forma direta, com quase oito mil votantes.

Concorreram duas chapas: A chapa **Liberdade** (formada por estudantes petistas e independentes) e a chapa **Edson Luís** (composta por estudantes peemedebistas e apoiada pela corrente Viração).

O resultado das eleições foi: chapa **Liberdade** 4.018 votos; chapa **Edson Luís** 3441; brancos 135; nulos 231.

A UMES de Vitória da Conquista foi fundada no dia 15 de abril do ano de 1984 em um congresso. Neste congresso foram aprovadas: Carta de princípios, estatutos e um plano de lutas. Foi eleita neste congresso (o de fundação) uma diretoria proporcional (onde os peemedebistas tinham maioria). Cabia a esta diretoria eleita convocar eleições diretas para outubro. Porém, a parte majori-

tária da diretoria não tinha intenções de convocá-las. Devido à pressão de vários estudantes, foi possível a realização do pleito em novembro.

A UMES de Vitória da Conquista, teve além deste problema, muitos outros devido à uma concepção atrasada e despolitizada sobre a necessidade de mobilizar e organizar os estudantes (a parte majoritária da diretoria, não fez absolutamente nada em relação às lutas estudantis do ano que se passou). Mas, a minoria que compõe a diretoria provisória mobilizou-se no sentido de desenvolver a organização dos estudantes, preparando-os conscientemente para assumir o plano de lutas aprovado no congresso de fundação, que continua bandeiras mobilizantes e combativas. O fruto deste trabalho foi a formação democrática da chapa **Liberdade**, que foi apoiada pelos estudantes da maior escola da cidade e pelas escolas onde os estudantes são trabalhadores.



que dar nas financeiras é a sindicalização.

— Ruy, qual o balanço das prévias?

Ruy — O MUDE ainda não se reuniu para fazer um balanço, o que vai ser importante. Por enquanto dá para adiantar alguma coisa. Nós do MUDE, que participamos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), temos como princípio a unificação geral dos trabalhadores e vemos o sindicato como um organismo de frente única. Temos certeza que a atual es-

Metalúrgicos/São Leopoldo - RS

A hora e a vez da *Marreta*

Mais de 500 operários na convenção da Marreta

Nos dias 6, 7 e 8 de março ocorrem as eleições sindicais mais importantes do ano no Rio Grande do Sul. Três Chapas disputam a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Localizado no Vale do Rio dos Sinos, principal concentração operária do estado, o Sindicato dos Metalúrgicos abrange seis municípios, tem 25 mil trabalhadores na base e cerca de quatro mil sócios.

Guardadas as proporções, o Vale dos Sinos é o ABC gaúcho, e a vitória da oposição sindical, organizada há oito anos na categoria, pode dar um impulso enorme ao sindicalismo do estado.

Condições para isso existem. As eleições que se realizam agora deveriam ter ocorrido no final de 83. Certos de que iriam perder, os pelegos esconderam o edital das eleições fazendo com que a oposição perdesse os prazos. As eleições, entretanto, foram impugnadas pela justiça, que nomeou uma junta interventora e determinou a realização de um novo pleito.

A chapa 3, Marreta, foi escolhida numa convenção de base que reuniu 532 metalúrgicos de mais de 60 fábricas da região. Dirigida por membros da direção da CUT (Paim, João Machado, e Julieta Ballestro), a convenção foi um momento alto da democracia operária. Na opinião do presidente da CUT-RS, José Fortunatti, "foi a con-

venção mais democrática e participativa em termos de escolha de chapa que já houve no estado".

As outras chapas

Houve, entretanto, quem não gostasse. Dois membros da oposição romperam com a Marreta e foram organizar uma chapa com um setor dos pelegos. Encabeçada por Emílio Diniz, que pretendia a presidência da Marreta, a chapa 2 vem se dedicando a espalhar confusão na categoria metalúrgica, usando um cartaz parecido com o da chapa 3, e o mesmo nome; a um mês das eleições, o rompimento de Emílio é tão grande que já abandonou a própria CUT e vem defendendo a criação de uma "nova central única, independente dos partidos políticos".

A chapa 1, por outro lado, expressa a continuidade do peleguismo. Alguns de seus membros já estão há nove anos controlando o aparelho do sindicato.

Para saber como está a campanha eleitoral e quais as perspectivas da chapa 3, EM TEMPO foi ouvir o presidente da Marreta. José Ricci Vieira, o Zé Vieira, tem 40 anos, é eletrecista, metalúrgico em São Leopoldo há 17 anos, casado, pai de três filhos. Eleito membro da direção estadual da CUT, Zé Vieira é um dos fundadores da oposição sindical em São Leopoldo.

Zé, como é que estão as perspectivas da campanha eleitoral? Dá pra ganhar?

Zé Vieira — Olha, do nosso ponto de vista está muito bom. Em todas as grandes fábricas nós contamos com o apoio das comissões ou então de grupos de fábricas. Esses grupos vêm reunindo e fazendo a campanha. Para nós, eles são o embrião de futuras comissões que vão trabalhar com a gente na diretoria do sindicato. Dá pra afirmar que nas grandes fábricas 70% dos metalúrgicos estão com a chapa 3. Agora, esse negócio de ganhar a gente sabe só depois que conta os votos. Dos 4.500 sócios no sindicato só uns 1.800 estão nas fábricas grandes. Os outros 2.700 se distribuem nas pequenas, aposentados e o que nós chamamos sócios fantasmas.

— Os pelegos então este ano não são uma ameaça...

Zé Vieira — A chapa 1, não se sabe o que tá fazendo. Na rua não tem campanha. Surgiu um boato de que estão fazendo filiação de sócios fantasmas. Isso não dá pra confirmar, mas os sócios fantasmas existem. Só na minha rua tem uns quantos que eu conheço. Tem açougueiro, funcionário do zoológico.

Então dá pra ver que nos últimos seis anos os pelegos ao invés de trabalharem para defender os metalúrgicos ficaram usando a entidade para benefício próprio. Isso inclusive desmoralizou o sindicato. Tem muito companheiro, companheiro de fábrica que já não acredita mais na entidade. Teve gente que em 82 rasgou a carteira de sócio, quando os componentes da chapa 1 e 2 traíram a campanha salarial, chegando a ameaçar com a polícia para esvaziar uma assembleia de seis mil metalúrgicos.

Diante disso, nossa chapa vem apresentando as seguintes propostas: fazer uma auditoria nas contas do sindicato, acabar com as mordomias, sindicalizar e criar sub-sedes em Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio e Sapucaia.

— A saída do Emílio, um nome que era cogitado para encabeçar a Marreta, não debilitou a oposição?

Zé Vieira — Primeiro, não foi uma "saída", foi uma traição aos companheiros que estão aí há anos na luta arriscando emprego, trabalhando nas poucas horas de folga que temos. Pior, foi uma traição também aos 500 metalúrgicos que foram à convenção.

— Zé, para encerrar uma questão política. O presidente eleito, Tancredo Neves, vem propondo um pacto social aos trabalhadores. Qual a posição da chapa quanto a isso?

Zé Vieira — Olha, eu já vivi um pouco para saber que esse negócio de pacto social não traz nenhum benefício pra os trabalhadores. O que eles tão querendo é que o trabalhador nem reclame enquanto eles ficam por cima. Se você tem uma memória boa, vai ver que esse pacto que o Tancredo está propondo não tem diferença nenhuma do pacto que o Delfim Netto propôs em 79 para os sindicatos do ABC.

Nós estamos trabalhando nas fábricas com a bandeira do aumento real de salário. E uma das coisas positivas da nossa campanha é que o pessoal já tá começando a entender que 100% do INPC não é aumento, é reajuste defasado. E o que o pessoal quer é aumento, porque como está não dá pra ficar.

Confederação dos Professores do Brasil

Os avanços do 18.º Congresso

Com 2316 delegados inscritos e mais igual número de observadores, realizou-se do dia 17 a 22 de janeiro, o 18.º Congresso da Confederação dos Professores do Brasil, em Vitória, Espírito Santo. Comparado com os congressos anteriores, ele representou, em todos os sentidos, um avanço.

O grande número de participantes e a politização das discussões mostraram que os professores estão sensíveis à necessidade de compreender e atuar sobre a realidade nacional, com toda a complexidade que a transição controlada pelas elites trouxe para a conjuntura. A proposta de uma campanha de lutas e a composição da diretoria eleita fizeram do 18.º Congresso um saldo de qualidade na construção do caráter sindical da CPB.

As resoluções aprovadas refletem este momento de transição no interior do movimento de professores, avançando claramente em alguns momentos na definição da CPB como entidade de luta, independente do Estado e dos partidos políticos, porém recuando em outros momentos. Na base destas contradições estão também as diferentes dinâmicas das entidades estaduais, colocando frente a frente delegações eleitas democraticamente em Congressos anuais e delegações comandadas por "caciques", despolitizadas e pouco comprometidas com os trabalhos do congresso, chegando a fazer longos passeios pelas praias da região...

As propostas aprovadas

Como reivindicações centrais do magistério a nível nacional, foram definidos: reajuste salarial trimestral; índices de reajuste acima do INPC; piso salarial de três salários-mínimos; reposição já das perdas salariais dos atuais governos e redução da jornada de trabalho, tendo como base a jornada de 20 horas semanais, sendo 40% de horas atividade.

Colocada no centro dos debates, a filiação da CPB à Central Única dos Trabalhadores acabou sendo discutida de forma isolada das campanhas de luta e reivindicações da CUT, resultando numa votação totalmente despolitizada e contraditória: contra a filiação da CPB à CUT, mas a favor de todas as bandeiras de luta da Central Única, como o trimestral a Reforma Agrária, a jornada de quarenta horas semanais, e o salário desemprego (ver quadro abaixo).

Na discussão da situação nacional, mais uma vez o eixo das discussões girou em torno do caráter sindical e combativo da entidade e sua independência do Estado. Foi uma vitória o repúdio ao pacto social e a aprovação das lutas pelas eleições diretas

em 1985, pelo não pagamento da dívida externa e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática. Mas a contradição também aparece mais uma vez; através da aprovação da participação da CPB no Conselho Federal de Educação, participação que pode comprometer a independência da entidade frente ao Estado, se vier a se concretizar.

Finalmente, é necessário ecoar o protesto aprovado em moção na plenária final do Congresso pela não discussão em plenário do tema "A mulher e a educação", discutido nos grupos, onde foram aprovadas propostas, numa demonstração da incompreensão ainda presente no interior do movimento de professores sobre a opressão das mulheres, maioria da categoria.

Enfim, as principais bandeiras de luta aprovadas correspondem ao esforço de fazer avançar a combatividade do movimento de professores. Restou porém, uma grande debilidade: como encaminhar estas lutas? Em votação confusa, onde não ficou esclarecido se se tratava de uma campanha salarial do magistério, unificada a nível nacional ou de propostas de unificação com todos os trabalhadores, foi aprovado um Dia Nacional de Luta, cujo caráter e data deverão ser discutidos pelo Conselho de Entidades da Confederação. A exclusão de elementos de base das decisões sobre o dia de luta já colocam em questão os esforços efetivos que se farão para sua concretização.

O conselho de entidades que conta atualmente com a participação apenas dos presidentes das entidades, não foi democratizado. A proposta de ampliá-lo, incorporando representantes eleitos proporcionalmente ao número de associados de cada entidade foi rechaçada.

As questões educacionais ainda ficaram restritas à formulações genéricas como revogação da lei 5692 ou pela elaboração de um estatuto do magistério unificado a nível nacional, necessitando, portanto, de maiores definições nos próximos congressos.

A nova diretoria

A chapa única apresentada e eleita resultou de um processo de composição de forças onde o setor à direita se viu completamente isolado. Tendo na presidência o companheiro Niso Prego, de Goiás, defensor da Central Única dos Trabalhadores e na vice-presidência o companheiro Godofredo Pinto, do CEP do Rio de Janeiro e apoiador da CONCLAT, a nova diretoria reflete a heterogeneidade do Congresso. No sentido da consolidação do caráter sindical da Confederação, esta diretoria representa senão um avanço, um passo inicial.

A presença da CUT

A presença da Central Única dos Trabalhadores foi marcante nas discussões deste 18.º Congresso da CPB. Reunindo mais de mil delegados e observadores em suas reuniões, a CUT demonstrou ter crescido numérica e proporcionalmente no interior do movimento de professores desde o último congresso da CPB. Mais do que isso, os apoiadores da CUT souberam atuar unificadamente, elegendo até mesmo uma coordenação que atuou durante o congresso.

No entanto, o traço marcante desta atuação foi a despolitização. Nas reuniões preparatórias e nas intervenções nos debates, os esforços se concentraram na filiação da CPB à CUT e na

composição da chapa para a diretoria, deixando os professores pró-CUT totalmente desarmados quanto às campanhas de luta. Esta ausência de discussão política se refletiu nos debates e nas votações, contribuindo para que o apelo à unidade lançado pelo setor pró-Conclat tivesse muito maior repercussão, uma vez que se discutia a unidade no abstrato e não a unidade em torno a uma luta nacional unificada.

Resta ao setor pró-CUT a grande responsabilidade de garantir o encaminhamento das bandeiras aprovadas, para o que é necessário continuar organizado a nível nacional, ampliando os contatos e aprofundando as discussões políticas.

I ENCONTRO DAS TRABALHADORAS DE SP

Uma força que nos alerta

Uma centena de mulheres, reunidas pela CUT estadual, mostraram a força e a garra das trabalhadoras, num encontro que abriu novas possibilidades para o trabalho sindical com mulheres e para a participação organizada das trabalhadoras lutas feministas.

Nos dias 9 e 10 de fevereiro realizou-se no Sindicato dos Químicos de São Paulo, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo, promovido pela CUT-Estadual.

Compareceram 115 mulheres, em delegações da capital e do interior, representando 30 entidades ou oposições, entre elas as trabalhadoras rurais de Cajuru; químicas de São Paulo; metalúrgicas de São Bernardo, São Paulo, São José dos Campos, Guarulhos e Santo André; coureiras, luveiras, vidreiras, empregadas domésticas e mais treze categorias do setor de serviços.

Grande parte das presentes eram jovens em idade (entre 18 e 30 anos) e jovens no movimento sindical: 95 delegadas de base, entre as quais cinco participantes da única comissão de mulheres em empresa presente, a comissão da Volks de São Bernardo.

Com base nas discussões de quatro grupos, a plenária aprovou como indicações para a direção estadual da CUT, as seguintes reivindicações específicas prioritárias: salário igual para trabalho igual e anotação em carteira da função realmente exercida; creches nos locais de trabalho e/ou moradia dos pais e mães de crianças entre 0 e 6 anos, sustentadas pelos patrões ou pelo governo, inclusive com transporte gratuito e sob controle dos trabalhadores através das



comissões de fábrica, dos sindicatos ou outras formas legítimas de sua organização; licença paternidade em todas as categorias e extensão da licença maternidade para 6 meses; criação de leis que atendam as reivindicações da família trabalhadora na questão do berçário, creche e amamentação; garantia no emprego para as grávidas, mães e mulheres casadas e fim dos testes de gravidez como forma de controle.

Além disso, foram aprovadas recomendações com respeito às empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, contra a discriminação das trabalhadoras negras e contra a discriminação dentro do próprio movimento sindical, em relação às mulheres sindicalistas e funcionárias de sindicatos. Foi dado um destaque especial à luta contra a opressão das chefias no interior dos locais de trabalho, um instrumento poderoso usado

pelos patrões para manter a submissão, o medo e a desorganização do setor feminino da classe trabalhadora.

O segundo dia ficou marcado por uma discussão inédita a nível da CUT: como participar do 8 de março, dia Internacional da mulher. Além das bandeiras específicas, aprovadas anteriormente, o Encontro aprovou a participação da CUT e dos sindicatos a ela filiados nas reuniões preparatórias promovidas pelas entidades do movimento de mulheres, onde deverá defender a realização de um ato unitário, centrado nas bandeiras específicas combinadas com a luta pelos direitos da mulher na constituinte, pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e pelas quatro bandeiras centrais da CUT. O critério para esta unificação será a não participação do Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão do Estado, como entidade organizadora da comemoração.

Quanto à continuidade do trabalho no interior da CUT, foi aprovada a indicação à direção para que crie um Grupo de Trabalho sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, que deverá impulsionar esta discussão no interior da central, através de encontros regionais, do Congresso Estadual e da realização do II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras, em fevereiro de 1986.

Fala, companheira!

Nas discussões nos grupos, os depoimentos mostram a discriminação que salta aos olhos e à consciência no dia-a-dia da trabalhadora.

As trabalhadoras rurais só podem ir ao banheiro 2 vezes por dia, durante quatro minutos. Quer dizer, não é bem ir ao banheiro, porque só tem o mato mesmo. Ganham menos do que os homens, seu salário, assim como o dos filhos, é pago a eles, "chefes de família".

Para as assistentes sociais, a discriminação é o próprio histórico da profissão, definida como um papel feminino. E, apesar da presença mínima de homens na categoria, sua proporção nos cargos de chefia é maior que sua presença na base.

Na fábrica Witon, de vidros, em São Bernardo, as mulheres conquistaram a demissão de um chefe que usava as cantadas como forma de poder sobre as operárias, através de denúncias no boletim do sindicato. Elas enfrentam discriminação salarial e pressões para que as mulheres grávidas percam as conquistas de trabalhar sentadas e em serviços mais leves.

As coureiras são proibidas de conversar e de comer nas seções. Apesar da maioria de mulheres na categoria, os cargos melhores, mais bem pagos são dos homens. E as mães solteiras, muito frequentes, pois a maior parte das mulheres empregadas são menores e pressionadas por diversos mecanismos até pedirem demissão.

Nas fábricas químicas, só as mulheres ouvem gritos: "Mais produção"! São controladas para tomar água. Os homens trabalham menos e ganham mais, mesmo quando contratados para os mesmos cargos.

Este é o mesmo problema das urbanitárias (Eletropaulo): no escritório, só as mulheres têm obrigação de datilografar, embora o teste de datilografia seja exigido de todos para admissão. Nesta faixa das trabalhadoras de serviços — bancárias, economiárias, funcionárias públicas, urbanitárias — o problema da ascensão às chefias é constante: as mulheres só sobem se aceitarem as cantadas ou ti-

verem amizades poderosas, nunca pelo seu próprio merecimento.

Outro problema comum em praticamente todos os locais de trabalho, seja a produção, sejam os escritórios, é a maior liberdade dos homens, menos sujeitos aos horários, às proibições ("Nós não podemos conversar. Os homens, ao lado, até gritam), podendo se deslocar mais e mesmo sair do local de trabalho.

É difícil, quase impossível, reproduzir a riqueza dos depoimentos. Companheiras de fábrica, iniciando uma participação. Companheiras sindicalistas, anos de militância nas costas, nas palavras, na vida. "Os patrões não me respeitam por eu ser uma diretora sindical mulher, dizem que querem falar com o presidente, que eu não represento os trabalhadores." Ou pior: "Minhas propostas não são levadas a sério pela diretoria do sindicato, são sempre o último ponto da pauta." O mesmo afirmam as funcionárias de sindicatos, para quem a inexistência da relação capital X trabalho, não impede cantadas, discriminação salarial, desvalorização de suas idéias.

No meio disto tudo, a emoção chega ao auge com a visita inesperada das companheiras da Pardelli-Solano, fábrica de abrasivos da Zona Norte de São Paulo, em greve há cinco dias. "Pode falar, companheira, não precisa timidez": "Queremos 10% de aumento real, anotação nas nossas carteiras da função que exercemos. Só temos 15 minutos para o almoço, trabalhamos no sábado, sofremos cantadas, punições de suspensão se erramos a produção cinco vezes numa semana. Somos 80% do total de funcionários, mas a comissão de fábrica só tem homens..."

Este foi o espírito do encontro: Palmas emocionadas para as grevistas, para a consciência crescente da nossa opressão, palmas para as mulheres, solidariedade entre as mulheres.

Novas perspectivas e muita responsabilidade

Este Iº Encontro da Mulher Trabalhadora, representa um grande avanço para o movimento sindical combativo. Compreender que o capitalismo se utiliza da opressão das mulheres como forma de aumentar a exploração sobre toda a classe trabalhadora é um passo fundamental para o enfrentamento global com os patrões.

Durante o período de ascenso do movimento operário e popular no Brasil, entre 1978 e 1980, foram realizados quase uma dezena de encontros de mulheres trabalhadoras de várias categorias em todo o país. Porém, tiveram poucas consequências e, durante quase cinco anos, o movimento operário deixou de lado qualquer proposta de organização de mulheres trabalhadoras. Neste período, o movimento sindical não avançou sua elaboração sobre a necessidade da luta pela libertação das mulheres, o que faz com que ainda se encontre frequentemente entre os sindicalistas, até mesmo entre as mulheres, os argumentos equivocados de que a luta específica das mulheres divide a classe trabalhadora.

O Encontro da CUT, é o resultado e a expressão de uma nova realidade para o movimento sindical e para o movimento de mulheres porque — diferentemente dos encontros do final da década de 1970 — já existem hoje trabalhos específicos em alguns sindicatos e mesmo em fábricas. Além disso, o fato de se tratar de um encontro intercategorias, significa a possibilidade real de quebrar o isolamento das discussões e reivindicações e de estender a experiência de trabalho para outras categorias.

A partir desse encontro, cresceu enormemente a responsabilidade da Central Única dos Trabalhadores e dos sindicatos combativos em incentivar e manter as organizações das mulheres nos próprios sindicatos e nos locais de trabalho onde for possível. Somente uma política consciente da vanguarda do

movimento operário em superar o peso da ideologia burguesa machista poderá elevar o nível de consciência dos homens e mulheres da classe trabalhadora e trazer para uma participação política ativa um setor que representa hoje quase um terço do proletariado brasileiro: as mulheres.

Novas possibilidades

Para o Movimento de Mulheres, a mobilização e organização das trabalhadoras abre hoje uma nova perspectiva. Até hoje, a composição do movimento tem sido quase exclusivamente de donas-de-casa de periferia. A presença das mulheres trabalhadoras, e fundamentalmente as operárias, acrescenta uma nova qualidade ao movimento. Elas sintetizam de forma mais aguda a exploração de classe e a opressão de sexo, e nesse sentido, têm a perspectiva de se tornar o setor de ponta do movimento.

Para isso, muitos passos ainda deverão ser dados.

Durante as discussões, ficou evidente que as trabalhadoras têm uma clara percepção de sua opressão específica enquanto mulheres. Na maioria das vezes, no entanto, isso não significa uma consciência mais clara da situação global das mulheres no capitalismo e dos problemas e lutas que todas têm em comum.

O dia 8 de março

A proposta de realização de uma manifestação unitária do movimento de mulheres no dia 8 de março foi um dos pontos mais positivos do encontro. Ao colocarem como eixo as questões específicas das mulheres, as trabalhadoras demonstraram uma compreensão do significado político dessas reivindicações, concretizando assim a luta por uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

A realização de uma ação unitária do movimento de mulheres em São Paulo será um avanço no seu fortalecimento e na ampliação dos espaços para as lutas das mulheres.

Democracia e Revolução na Nicarágua



Em dezembro de 1984, Ernest Mandel esteve na Nicarágua atendendo a convite do Centro de Investigação e Estudos de Reforma Agrária, ligado ao Ministério para o Desenvolvimento e Reforma Agrária. Na Nicarágua, manteve numerosos encontros com membros do governo responsáveis pela direção de setores da economia e palestras de formação de quadros do governo da Nicarágua e da Frente Sandinista de Libertação Nacional

Além de numerosas palestras com estudantes da Universidade da América Central, Mandel realizou uma conferência pública sobre "A crise mundial do capitalismo" promovida pela Associação Nicaraguense de Ciências Sociais

A seguir, publicamos uma entrevista na qual Mandel comenta e analisa a situação política e econômica na Nicarágua

— Qual é o caráter de classe das eleições na Nicarágua?

Mandel — É incorreto afirmar que são eleições parlamentares burguesas ou eleições para uma assembleia parlamentar burguesa. A nossa presença ali confirmou a nossa convicção de que o poder estatal na Nicarágua é um poder dos trabalhadores e camponeses pobres, com 450 mil trabalhadores armados que mantêm suas armas em casa. O caráter de classe do Parlamento deve ser definido no contexto deste tipo de poder e não por um critério formal.

— Qual é o significado da defesa que o sandinismo tem feito do pluralismo político?

Mandel — É impossível julgar motivações individuais. É ainda mais difícil fazer um prognóstico sobre mudanças

“A combinação do pluralismo com a auto-organização das massas começou a se realizar na Nicarágua. Está longe de alcançar o seu desenvolvimento completo, mas significa já um grande passo adiante na experiência internacional de construção do socialismo”

futuras de posições. Mas uma coisa é certa: no momento atual, os líderes sandinistas afirmam que o pluralismo político não é uma manobra tática diante da pequena burguesia rural e urbana nem uma concessão para a opinião pública internacional, seja social-democrata, da esquerda cristã, burguesia latino-americana ou até mesmo imperialista.

Eles afirmam que o pluralismo político é útil e essencial para o processo revolucionário, útil e essencial para a construção do socialismo na Nicarágua. É particularmente essencial para desenvolver a consciência e a atividade das massas trabalhadoras, para desenvolver uma maior participação das massas na administração real da economia e do estado, para a luta contra as deformações burocráticas até no campo revolucionário e na própria FSLN.

Essas afirmações, renovadas continuamente, constituem uma contribuição importante para o desenvolvimento da consciência revolucionária internacional, um retorno ao pensamento original de Marx, de Lenin de 1917, de Rosa Luxemburgo, de Trotsky. Aqui nós vemos

a confirmação do que temos defendido há décadas. Na medida em que a realidade da Nicarágua corresponda à defesa destes princípios, todo o movimento operário internacional, toda a classe operária internacional vai retirar dela imensos ensinamentos.

— Você pode dar alguns exemplos práticos dos frutos que traz à classe operária o pluralismo político?

Mandel — Você não pode separar o pluralismo político da auto-organização e auto-gestão das massas: um é pré-condição do outro. A combinação dos dois começou a se realizar na Nicarágua. Está longe de alcançar o seu desenvolvimento completo. Mas o fato de que os acontecimentos caminham nesta direção representam um novo passo adiante comparado com o que a auto-gestão representou na Iugoslávia, onde foi parcialmente enrijecido pelo sistema do partido único.

Em relação ao controle operário e a participação das massas na direção das empresas, comitês de produção estão funcionando em mais da metade das empresas. A extensão real das organizações independentes varia consideravelmente, mas sem dúvida cresce continuamente.

Em relação às organizações por regiões, os Comitês de Defesa Sandinistas são organizações locais que envolvem a grande massa da população, encarregada de uma série de atividades estatais como a distribuição dos cupões de racionamento e o controle da distribuição dos produtos básicos, como também o controle da educação.

Em relação à educação rural, existem conselhos consultivos de país (e algumas vezes de país e estudantes) que se ocupam em particular de vincular a educação com a integração no trabalho produtivo.

Ao mesmo tempo, uma vigorosa polémica está sendo desenvolvida. **Barricada** e **Nuevo Diario** respondem ao **La Prensa** diariamente, desmascarando as mentiras e as posições demagógicas da oposição.

Por exemplo, quando **La Prensa** afirmou que o governo impedia os líderes da oposição de viajarem ao exterior livremente, **Barricada** publicou a lista de numerosas viagens, a partir de vistos de saída colhidos no aeroporto de Manágua. Um outro fato importante, se se quer falar de pluralismo e direitos democráticos, é que greves estão ocorrendo e não estão sendo mais reprimidas.

— A Constituição que começa a ser elaborada vai refletir avanços em direção à democracia socialista?

Mandel — Eu penso que sim, mas eu não posso prever até que ponto. Isto de-

“A grande questão que permanece para ser trabalhada é a questão da institucionalização do poder popular na Assembleia Constituinte. Ele deve ser estabelecido não apenas aos níveis locais mas também ao nível das cidades, regiões e de todo o país”

pende das discussões que estão sendo travadas, do grau de participação e de atividade política das massas, do resultado da luta de classes nos próximos meses e, sobretudo, do resultado da confrontação com o imperialismo e a contra-revolução. Até agora, duas conquistas devem ser ressaltadas: em primeiro lugar, a codificação das liberdades civis, do pluralismo partidário, do direito de greve, da liberdade de associação e de imprensa parecem estar assentadas; em segundo lugar, as lideranças sandinistas deram um passo adiante reconhecendo o direito à autonomia regional da minoria étnica formada pelos índios Miskitos.

A grande questão que permanece para ser trabalhada é a questão da institucionalização, durante a Assembleia Constituinte, do poder popular em uma assembleia ou sob outra forma real, não formal.

Em outras palavras, o poder popular deve ser estabelecido não apenas aos níveis locais, nos bairros, nas localidades, nas empresas mas também ao nível das cidades, regiões e de todo o país.

— Este avanço da democracia socialista está se dando no contexto de uma crescente agressão imperialista contra a revolução nicaraguense. Não é isso um paradoxo?

Mandel — Não totalmente. O poder sandinista na Nicarágua é vítima de uma cruel ofensiva econômica e militar do imperialismo. Além das lições extraídas do processo revolucionário nicaraguense e também de outros processos, a ofensiva imperialista é um estímulo para a FSLN crescer de forma permanente a sua popularidade entre as massas e o apoio ativo que recebe delas, para ser capaz de realizar uma mobilização do con-

junto da população no caso de uma agressão massiva americana. Esta orientação vem sendo desenvolvida com sucesso. Eu penso que na luta contra o imperialismo e os mercenários da contra-revolução, o apoio de massas à FSLN é quase total. Até mesmo os partidos da oposição burguesa afirmaram que se mobilizariam no caso de uma invasão americana.

— Você fala de uma violenta ofensiva contra-revolucionária. Você pode dar alguns exemplos?

Mandel — Durante a minha estadia na Nicarágua, um grupo de 200 contra-revolucionários organizaram uma emboscada perto de El Pericón, ao norte da cidade de Esteli, massacrando 28 trabalhadores que foram participar da colheita de café. A maioria das vítimas deste assassinato brutal eram trabalhadores das telecomunicações. Várias vítimas forma queimadas vivas pelos contra-revolucionários. Outras foram mortas com baionetas. No funeral, toda a cidade de Esteli estava nas ruas, proclamando a sua dor e a sua resolução de vingar seus irmãos.

— O que os contra-revolucionários visam com estes massacres?

Mandel — O imperialismo está inteiramente consciente do fato de que a opinião pública internacional está cada vez mais consciente dos perigos de uma

“Se os EUA invadirem a Nicarágua, vai haver centenas de milhares de manifestantes, não apenas na Europa Ocidental, mas também no México, na América Latina e especialmente nos Estados Unidos e Canadá. O preço político que Washington teria que pagar seria muito alto”

agressão massiva, seja o bombardeamento da Nicarágua pelas Forças Aéreas norte-americanas, seja uma invasão através dos **mariners**. Se estes crimes forem realizados, vai haver centenas de milhares de manifestantes, não apenas na Europa Ocidental, mas também no México, na América Latina e especialmente nos Estados Unidos e Canadá. O preço político que Washington teria que pagar seria muito alto. E nós devemos fazer tudo para que este preço seja mais e mais alto, até mesmo inaceitável.

Nestas condições, pelo momento, o imperialismo escolheu uma guerra de atritos com a revolução nicaraguense. Combina incursões de contra-revolucionários armados com um crescente bloqueio e sabotagem econômica. Os contra-revolucionários atuam basicamente a partir de Honduras. Dispõem de equipamentos ultra-modernos e algumas vezes são apoiados por helicópteros. É óbvio que o imperialismo os está apoiando com material logístico, através da intermediação da CIA.

“Durante os primeiros anos após a vitória da revolução, a situação material de vida melhorou para as massas trabalhadoras, um fato raro na história das revoluções no século XX. Em 1983, a Nicarágua teve a maior taxa de crescimento da América Latina”

— Tem a contra-revolução uma base social no interior da Nicarágua?

Mandel — Não é correto falar que esteja ocorrendo na Nicarágua uma guerra civil já que a base social dos contra-revolucionários é muito limitada. Eles se compõem basicamente de ex-guardas somozistas, suas famílias, todos dependentes de acampamentos no exterior do país. Esta base sofre continuamente uma erosão. E estão começando a compensar estas perdas com a contratação de mercenários de outras nacionalidades mais do que nicaraguenses.

— Essa guerra de atrito tem sido vantajosa para a contra-revolução?

Mandel — Esta guerra de atrito não consegue derrubar ou minar o poder sandinista. Mas pode colocar o governo em condições econômicas crescentemente difíceis. A guerra de atrito tem forçado o governo a despendar 35% do orçamento estatal em gastos militares. As

na batalha da defesa militar e na batalha da colheita de café. É um peso considerável sobre a massa da população.

— A situação econômica da Nicarágua tem se deteriorado como resultado desta guerra?

Mandel — Durante os primeiros anos após a vitória sandinista, a situação material de vida melhorou para as massas trabalhadoras, um fato raro na história das revoluções no século XX. Em 1983, a Nicarágua teve a maior taxa de crescimento da América Latina.

Ao contrário, 1984 foi um ano difícil, um ano de economia de guerra como os camaradas sandinistas dizem. Os custos da guerra e da destruição causados pelo imperialismo reduziram os recursos em aproximadamente 25%. As massas compreendem e aceitam essa situação, mas sofrem as suas consequências.

— Você pode detalhar as provações econômicas impostas às massas nicaraguenses pela agressão imperialista?

Mandel — Os gastos com a guerra significam uma redução da quantidade de bens distribuídos pelo serviço público. Este serviço está de fato crescentemente limitada aos produtos racionados (alimentação básica) e serviços essenciais (construção de casas, educação, saúde, transportes públicos, que é insuficiente, água, gás, eletricidade, que também está sendo de difícil acesso). Os salários dos setores de serviços, da produção são mais que suficientes para adquirir estes bens e serviços. Mas não permitem a eles comprar bens no mercado. Ajudados pelo mercado negro do dólar (onde o dólar está quotado 20 vezes mais alto do que o seu preço no mercado oficial), as mercadorias crescentemente se dirigem para este mercado, tornando as roupas, brinquedos, equipamentos inacessíveis para este setor que tem de viver de salários.

“Os gastos com a guerra significam uma redução da quantidade de bens distribuídos pelo serviço público. Este serviço está de fato crescentemente limitado aos produtos racionados (alimentação básica)”

Com exceção de alguns poucos produtos, não há racionamento. Há entretanto este desequilíbrio entre preços e rendas. Isto causa uma reação econômica nas massas: mais e mais pessoas, inclusive trabalhadores ou membros de sua família, preferem ser intermediários. Eles então conseguem quatro ou cinco vezes mais que trabalhando numa fábrica ou em uma cooperativa. O desemprego praticamente desapareceu. Há uma escassez de trabalho.

— Isto significa o fracasso da economia mista?

Mandel — É mais complicado. Quando se fala de economia mista, pensa-se geralmente no que resta de empresas capitalistas no estrito senso na Nicarágua. Não é daí que vem as dificuldades principais, porque a produção e a exportação destes setores estão estritamente controladas pelo estado (a situação é comparável com a Nova Política Econômica na Rússia). Os problemas advêm da difícil coexistência de um setor industrial nacionalizado que é muito fraco para suprir toda a população e um setor de produção de pequenos camponeses que não pode ser posto de lado por uma coletivização forçada. A manutenção da aliança operária-camponesa é essencial, por razões políticas e sociais como também por razões econômicas. Mas é necessário assegurar que essa difícil coexistência não conduza a impor sacrifícios para os trabalhadores e não bloqueie o planejamento, a industrialização e um crescimento econômico razoável.



importações de componentes de maquinaria, matérias-primas e bens de consumo têm caído. Além disso, essa guerra de atrito tem causado prejuízos que equivalem a um quarto do orçamento.

Ela força o governo a mobilizar permanentemente uma grande massa de trabalhadores no Exército e nas milícias, causando sérias descontinuidades no processo de produção e de circulação de bens. O governo tem que colocar peso

COMECE O ANO COM O PÉ ESQUERDO

Assine EM TEMPO:

um jornal que coloca você por dentro da luta dos trabalhadores.



PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Faça sua assinatura e receba em casa uma análise marxista dos grandes eventos da luta de classes internacional. (Neste número, Brasil, Cone Sul, Cuba, El Salvador, Polônia, Revolução permanente).



A TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO Ernest Mandel

O grande teórico marxista discute a questão do programa e da construção do partido revolucionário a partir da experiência de Lênin



A Editora Aparte Ltda.

Estou enviando cheque nominal à Editora Aparte Ltda. no valor de Cr\$..... para:

- Assinatura anual do jornal EM TEMPO (Cr\$ 20.000 - 26 números)
- Assinatura anual da PERSPECTIVA INTERNACIONAL (Cr\$ 15.000 - 6 números).
- A TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO - Ernest Mandel (Cr\$ 7.000).

Recorte e envie à Editora Aparte Ltda. - Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - CEP 05414 - São Paulo - SP - Fone: 852-8880.

O crime de Carapicuíba

Apoiado em uma lei da ditadura e contando com o apoio do PDS, o PMDB da cidade de Carapicuíba, São Paulo, cassou o mandato do vereador petista Antonio Cordeiro.

No dia 4 de fevereiro, o Partido dos Trabalhadores realizou um grande ato de protesto contra a cassação do vereador do PT de Carapicuíba, Antônio Carlos Cordeiro, na praça central da cidade. Participaram quase mil pessoas que, em meio às bandeiras vermelhas do PT, exigiam a volta de Cordeiro à Câmara Municipal. O ato foi o ponto alto de uma série de mobilizações organizadas pela população de Carapicuíba e pelo Partido dos Trabalhadores contra o arbítrio da Administração do PMDB local. Desde 12 de novembro, quando foi montada a farsa na sessão da Câmara que serviu de base ao pedido de cassação, por "quebra de decoro parlamentar", a população de Carapicuíba vem se mobilizando e organizando concentrações em frente à Câmara Municipal todas as segundas-feiras, quando ocorrem as sessões do legislativo local.

A cassação do vereador Cordeiro é uma mostra do verdadeiro significado da "democratização" pregada pelo PMDB. Num artigo publicado na *Folha de São Paulo*, o jornalista Cláudio Abramo denunciando a cassação do parlamentar do PT como "um ato criminoso, um acinte vergonhoso, um insulto a todos nós", considera que o crime cometido pelo PMDB de Carapicuíba espera a justa punição que deve partir da direção do partido, sob pena de se ver comprometido tudo o que esses "oposicionistas anunciaram e prometeram corrigir neste desgraçado país". A resposta da direção do PMDB não deixou dúvidas quanto ao caráter de "oposição" do partido: entregou o caso à justiça, por não considerar o assunto de sua competência.



Quase mil pessoas no ato do dia 4 de fevereiro

A democracia da "nova república"

O instrumento usado pelo PMDB, juntamente com o PDS e parte do PTB, foi o decreto-lei 201, criado pelo governo militar, em 1967, durante o período da maior repressão política contra os trabalhadores e o povo. Nas palavras de Lula, "o discurso de oposição deixou de existir e o PMDB passou a usar os mesmos instrumentos que a Arena usou nos vinte anos de ditadura". O presidente nacional do PT denunciou ainda a perseguição aos militantes petistas,

que vem ocorrendo na Secretaria de Saúde do estado do Paraná. Nesse órgão houve uma política clara de dispensar os funcionários que são militantes do Partido dos Trabalhadores. Mas a nova república de Tancredo promete ainda muitos golpes duros sobre as organizações dos trabalhadores que se recusarem a conciliar com o novo arranjo imposto pela burguesia. E o PT já deixou clara sua oposição a esse acordo da classe dominante.

As pressões sobre o PT se tornaram cada vez mais fortes desde que o partido anunciou sua intenção de boicotar a eleição indireta de Tancredo Neves. Es-

se boicote que significou uma recusa de participar em um grande acordo das classes dominantes colocou o PT como o alvo privilegiado dos ataques da burguesia.

A sessão da cassação

E foi por dizer não a uma administração municipal que não responde aos interesses dos trabalhadores que o vereador Antônio Carlos Cordeiro foi cassado. A atuação dos dois parlamentares do PT na Câmara dificultava as falcatruas da Prefeitura em acordo com a Câmara, não só porque apresentavam projetos que melhorassem a situação da população local, como também porque mobilizavam a população para comparecer à Câmara, para exigir e fiscalizar a atuação das bancadas.

Na questão da melhoria dos transportes, defendida pela bancada do PT, os interesses diretos do prefeito foram atingidos. O prefeito Luís Carlos Neves, do PMDB, um dos proprietários de uma empresa de ônibus da região, se sentiu diretamente atingido pela atuação do Partido dos Trabalhadores.

A sessão de cassação foi realizada numa quinta-feira, dia 27 de dezembro, em meio aos feriados de fim de ano com o objetivo claro de impedir as manifestações de apoio e solidariedade ao vereador petista. Embora onze das catorze testemunhas tenham negado ter visto qualquer agressão por parte de Antônio Carlos Cordeiro, a Câmara não se abalou. Votaram pela cassação todos os nove vereadores do PMDB, os três do PDS e um do PTB (dois do PTB foram contrários).

O PT no calcanhar dos poderosos

A cassação foi um ato de defesa do prefeito do PMDB em favor dos seus interesses patronais

Com o título de "PT Câmara: dois anos de mandato popular", o boletim do PT de Carapicuíba, de janeiro deste ano, publicou uma avaliação dos mandatos dos dois vereadores da bancada do PT do município.

Na Câmara de Carapicuíba sempre foi considerada a "casa dos nobres" ou "o reino dos dezessete homens bons". O povo nunca teve participação nas discussões de projetos, requerimentos ou indicações. Os vereadores decidiam tudo sem ouvir a população. O carreirismo, o clientelismo e a manipulação da população visando benefícios pessoais, sempre constituíram a forma predominante de fazer política.

"Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Câmara as coisas começaram a mudar. O movimento popular se faz presente em todas as sessões. Nossos vereadores têm procurado interligar as lutas populares com o trabalho legislativo. Sempre a partir das discussões e participação do movimento popular, nossos vereadores apresentaram na Câmara diversas propostas de interesse pú-



Lula: o PT será o partido do não até que os trabalhadores estejam no poder

blico tais como: iluminação, saúde, pavimentação, transportes, saneamento básico e muitas outras.

"Na questão dos transportes, por exemplo, Cordeiro e Gonzaga, os vereadores petistas, tiveram decisiva participação ajudando na formação da Associação de Usuários de Transportes, cujas reivindicações básicas são: integração ônibus/trem, participação nas discussões de reajuste de tarifas, entre outras".

E depois de denunciar o pro-

cesso de cassação do vereador Cordeiro, concluem que "os ataques desses elementos (vereadores do PMDB e do PDS e mais o prefeito) contra o Partido dos Trabalhadores são devido a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e, sobretudo, no crescimento a nível de Carapicuíba e do Brasil. Podem cassar nossos vereadores, porém jamais poderão cassar nosso idealismo político e nosso compromisso com a luta dos milhões de explorados e oprimidos deste país."

Na praça, o protesto do povo

O movimento de repúdio ao ato do PMDB e de solidariedade ao vereador cassado.

O Encontro de Vereadores realizado em João Pessoa, em janeiro; o 18º Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) realizado em Vitória aprovaram moções de repúdio à cassação do vereador petista, demonstrando claramente a gravidade e as repercussões do ato policial da Câmara Municipal de Carapicuíba, comandada pelo PMDB local.

No ato do dia 04 de fevereiro passado, várias entidades sindicais e associações do movimento popular manifestaram sua solidariedade ao vereador Antônio Carlos Cordeiro e ao Partido dos Trabalhadores. Estiveram presentes representantes de mais de vinte diretórios do PT de municípios do interior, além de vários diretórios e núcleos da capital, assim como o presidente do PT do Espírito Santo, Perby Cipriano.

Além de Lula e membros das direções nacional e estadual do partido, estiveram presentes os deputados federais José Genoino, Eduardo Suplicy e Djalma

Bom, deputados estaduais e vereadores da capital e dos municípios da região.

A manifestação começou já no final da tarde, quando militantes da Associação de Mulheres Margarida Maria Alves de Carapicuíba ocuparam o plenário da Câmara para evitar que a população fosse impedida de entrar no recinto, como já ocorrera anteriormente.

Na praça o povo protestava contra a injusta cassação do vereador Cordeiro e reafirmava sua disposição permanente de luta. O discurso de Lula ressaltou que o PT é o povo organizado e capacitado para reivindicar e exigir seus direitos, e que não será a cassação de um parlamentar que vai destruir ou minar a força do partido, que se apoia na força da classe trabalhadora. É um partido que veio para exigir o fim da sociedade baseada na opressão e na exploração". Por isso, afirma Lula, "seremos o partido do não até a classe trabalhadora chegar ao poder, até o dia da construção de uma sociedade socialista."